

TRF 3

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª
REGIÃO

500 questões gabaritadas

Técnico Judiciário
Área Administrativa



CÓD: SL-051MA-24
7908433253884

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico-Matemático	45
3. Noções sobre o Direito das Pessoas com Deficiência	59
4. Noções de Direito Constitucional	75
5. Noções de Direito Administrativo	91
6. Noções de Direito Processual Civil	109
7. Noções de Direito Processual Penal	125
8. Noções de Direito Previdenciário	139
9. Noções de Direito Tributário	157

LÍNGUA PORTUGUESA

FCC - AJ TRT18/TRT 18/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2023

Língua Portuguesa (Português) - Conjugação. Reconhecimento e Emprego dos Modos e Tempos Verbais

Atenção: Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

[Cidades devastadas]

Em vinte anos eliminaram a minha cidade e edificaram uma cidade estranha. Para quem continuou morando lá, a amputação pode ter sido lenta, quase indolor; para mim, foi uma cirurgia de urgência, sem a inconsciência do anestésico.

Enterraram a minha cidade e muito de mim com ela. Por cima de nós construíram casas modernas, arranha-céus, agências bancárias; pintaram tudo, deceparam árvores, demoliram, mudaram fachadas. Como se tivessem o propósito de desorientar-me, de destruir tudo o que me estendia uma ponte entre o que sou e o que fui. Enterraram me vivo na cidade morta.

Mas, feliz ou infelizmente, ainda não conseguiram soterrar de todo a minha cidade. Vou andando pela paisagem nova, desconhecida, pela paisagem que não me quer e eu não entendo, quando de repente, entre dois prédios hostis, esquecida por enquanto dos zangões imobiliários, surge, intacta e doce, a casa de Maria. Dói também a casa de Maria, mas é uma dor que conheço, íntima e amiga.

Não digo nada a ninguém, disfarço o espanto dessa descoberta para não chamar o empreiteiro das demolições. Ah, se eles, os empreiteiros, soubessem que aqui e aí, repontam restos emocionantes da minha cidade em ruínas! Se eles soubessem que aqui e ali vou encontrando passadiços que me permitem cruzar o abismo!

(Adaptado de CAMPOS, Paulo Mendes. Os sabiás da crônica. Antologia. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 209-210;

Está correto o emprego de todas as formas verbais na frase:

- (A) Quem se propor a recuperar a visão de sua cidade natal, municie-se de muita tolerância.
- (B) Para que se revejem vestígios da nossa antiga cidade, urge alimentar a imaginação.
- (C) Conter-se-ia nossa decepção caso déssemos, de súbito, com uma casinha poupada?

(D) A menos que retêssemos na memória uma imagem fiel, nada escaparia a tal devastação.

(E) Ele havia salvo da devastação da cidade alguns vestígios que se manteram vivos.

2. FCC - AJ TRT18/TRT 18/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Correlação Verbal

Atenção: Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

Uma visita

Era Já no fim da tarde quando a moça - muito linda, mas muito aflita -, de nome Francisca Bastos Cordeiro, foi entrando pela porta entreaberta do chalé, seguiu direto ao quarto (antiga sala de costura da casa, ao tempo em que sua dona era viva), onde encontrou, estendido e frágil numa pequena cama de ferro, aquele homem, muito velho Já, agonizante quase, que lhe fora bom companheiro em noites idas de sua infância, quando com ela jogava o sete e meio e lhe ensinava a recitar poemas na casa de sua avó.

- Vim vê-lo, foi dizendo a moça, inventando uma alegria na voz que lhe disfarçasse a emoção. Estou com muitas saudades suas. E o senhor, não está com saudades de mim?

- Estou, sim - disse o velho, numa voz muito cava e muito triste. Estou com saudade da vida.

No dia seguinte morria Machado de Assis. A tarde era a de 28 de setembro de 1908. A rua era a do Cosme Velho.

(Adaptado de: MELLO, Thiago de. Escritor por escritor - Machado de Assis por seus pares -1939-2008. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2019, p. 278-279;

Está plenamente adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na frase:

- (A) A moça fora visitar o soberbo escritor em respeito à amizade que desde os tempos de sua meninice cultivasse com ele.
- (B) Foi tocante a sinceridade das palavras que o grande escritor Machado de Assis houvera dito assim que a moça lhe fez aquela confissão.

(C) Caso não houvesse entre ambos uma antiga e sólida amizade, a cena de despedida não viesse a despertar a comoção final.

(D) Mal faz a moça sua declaração de saudades e já ouve do mestre as palavras gratas e melancólicas de quem da vida se despede.

(E) A moça disfarçaria sua emoção inventando uma alegria que o escritor recebera com a melancólica consciência de quem esteja à morte.

3. FCC - AM (MPE PB)/MPE PS/ASSISTÊNCIA SOCIAL/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Correlação Verbal

Texto

Introdução

O verdadeiro título desta coletânea de ensaios que ora lhes apresento deveria ser o seu subtítulo, ou seja, **Escritos ocasionais**. Apenas a justa preocupação do editor de que um título tão pomposamente modesto pudesse deixar de atrair a atenção do leitor, enquanto o do primeiro ensaio - "Construir o inimigo" - provocava alguns lances de curiosidade, fez com que a balança tendesse para a escolha final, que o leitor constata na capa.

O que é um escrito ocasional e quais são suas virtudes? Em geral, significa que o autor realmente não planejava abordar aquele determinado assunto e foi levado a ele pelo convite para uma série de discussões ou ensaios sobre um determinado tema. O tema estimula o autor, induzindo-o a refletir a respeito de uma coisa que, de contrário, não teria chamado sua atenção - e, muitas vezes, um tema recebido por imposição externa resulta mais fecundo que outro nascido de algum capricho interior.

Outra virtude do escrito ocasional é que não obriga à originalidade a qualquer custo, mas visa antes a diversão, tanto de quem fala quanto de quem ouve. Em suma, e escrito ocasional é um exercício rebuscado de retórica, como quando aquela heroína de uma peça teatral famosa impõe a seu amado desafios do tipo "fale-me do amor"

- e esperava que ali se improvisasse algum tratado sobre a profundidade desse sentimento.

No rodapé de cada um dos textos que compõem este livro registro a data e a ocasião em que foi divulgado, apenas para sublinhar sua condição de ocasional. Naquela que intitulei "Absoluto e relativo"; por exemplo, lembro que falar do absoluto nos anos em que a polêmica sobre o relativismo estava explodindo foi uma experiência deveras interessante. Mas jamais tinha passado pela minha cabeça discorrer sobre tal assunto.

(Adaptado de: ECO, Umberto. *Construir o inimigo e outros escritos ocasionais*. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2021, p. 7)

Apenas a preocupação do editor de que esse título pudesse deixar de atrair a atenção do leitor, enquanto o do primeiro ensaio provocava curiosidade, fez com que a balança tendesse para a escolha final.

Na frase acima, a correlação entre os tempos verbais continuará adequada caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

(A) poderia deixar - provocaria - terá feito a balança tender

(B) possa ter deixado - provocasse - fará com que a balança tenda

(C) poderá deixar - provocara - faria com que a balança tenderia

(D) pudesse ter deixado - terá provocado - faz com que a balança tenda

(E) pode deixar - teria provocado - terá feito com que a balança tendeu

4. FCC - AJ TRT12/TRT 12/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Pronomes Relativos

Para responder a questão, baseie-se no texto abaixo.

Minhas janelas

Em geral as pessoas possuíram automóveis e se recordem de todos eles. Eu possuí Janelas e ajuntei para a lembrança um sortido patrimônio de paisagens. Minha primeira providência em casa nova é instalar meus instrumentos de trabalho ao lado duma janela. A janela também faz parte do equipamento profissional de escritor. Sem Janelas, a literatura seria irremediavelmente hermética, feita de incompreensíveis pedaços de vida, lágrimas e risos loucos, fúrias e penas.

Tive muitas janelas, e nenhuma delas mais generosa do que este de que me despeço na manhã de hoje. Amanhã cedo mudarei de casa, de janela, e até de alma, pois e meu modo de ver e viver Já não será o mesmo, fatalmente. Não falo de mim, mas do que foram as Janelas por meu intermédio.

Quando era menino, nunca olhei pela Janela, mas fazia parte da paisagem dum quintal, doce e áspero a um só tempo, com seus mamoeiros bicados pelos passarinhos, as galinhas neuróticas em assembléia permanente, o canto intermitente de água no tanque, o azul sem morte. Só à medida que ganhamos corpo e tempo vamos aprendendo a conhecer a importância das janelas

Vou perder dentro de poucas horas esta magnífica janela, incomparavelmente a melhor peça deste apartamento, e a mais vivificante de todas as janelas em que trabalhe, e morei. Peço pois um minuto de silêncio, em derradeira homenagem aos meus tehdados de limo lá embaixo, minhas amendoeiras, meus pinheiros, minhas gai-votas, meu ma,; minhas ilhas, minhas vagas, meus dias de ressaca, meus dias de calma, meus barcos. Dou adeus para o meu mar noturno, invisível e trágico, e adeus para este ma, cheio de luz.

(Adaptado de: CAMPOS, Paulo Mendes. *Os sabiás da crônica*. Belo Horizons: Autêntica, 2021, p. 207-208)

Está plenamente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:

- (A) As paisagens de que me reporto não são quaisquer umas: apenas as das minhas janelas.
- (B) As vides externas com com cujas nos compraremos dizem algo da nossa interioridade.
- (C) Os elementos do cenário ao qual se interessa o cronista dão-lhe motivos para escrever.
- (D) Há encantos da natureza pelos quais ninguém, em sua consciência, pode ou deve ignorar.
- (E) Pelas janelas de uma casa abrem-se paisagens de cuja beleza muitos se impregnarão.

5. FCC - AJ TRT12/TRT 12/JUDICIÁRIAJ"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Pronomes Relativos

Para responder a questão, baseie-se no texto abaixo.

O gavião

Gente olhando para o céu: não é mais disco voador. Disco voador perdeu o cartaz com tanto satélite beirando o sol e a lua. Olhamos todos para o céu em busca de algo mais sensacional e comovente - o gavião malvado, que mata pombas.

Retornamos assim a contemplação de um drame bem antigo, e há o partido des pombas e o partido do gervião. Os pombistes ou pombeiros (qualquer palavra é melhor, que "columbófilo" querem matar o gavião. Os amigos deste dizem que ele não é malvado: na verdade come a sua pombinha com a mesma inocência com que a pomba come seu grão de milho.

Não tomarei partido: admiro a túrgida" inocência das pombas e também o lance magnífico em que o gavião se despenca sobre uma delas. Comer pombas é, como diria Saint-Exupéry". "a verdade do gavião". mas matar um gavião no ar com um belo tiro pode também ser a verdade do caçador.

Que o gavião mate a pomba e o homem mate alegremente o gavião; ao homem, se não houver outro bicho que o mate, pode lhe suceder que ele encontre seu gavião em outro homem. A vida é rapina. A verdade é que não posso mais falar de aves: dei os meus passarinhos. Perdi os cantos do meu canário e os assovios do meu sofré; meu coração está mais triste, mas está mais leve também.

*túrgida - intumescida, dilatada, cheia.

**Antoine de Saint-Exupéry, escritor francês.

(Adaptado de: BRAGA, Ruben, *Ai de ti, Copacabana*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1960, p, 163-164)

Está adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:

- (A) Já não é o fulgurante brilho de um disco voador aquilo em que agora se fixa nossa atenção.
- (B) O interesse do embate violento por cuja nos atraímos toma o partido uma ave contra a outra.
- (C) É na defesa da fome do gavião aonde se apoiam os defensores da lei do mais forte.
- (D) A verdade na qual se refere o escritor Saint-Exupéry diz respeito a um ditame da natureza.
- (E) A palavra columbófilo, de cuja o autor se desagrada, não é das mais afáveis ao ouvido.

6. FCC - TM (MPE PB)/MPE PB/SEM ESPECIALIDADE/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Sinônimos e Antônimos

Leia o texto "Liberdade e necessidade ao revés", de Eduardo Giannetti.

"Por meios honestos se você conseguir, mas por quaisquer meios faça dinheiro"; preconiza - prenhe de sarcasmo - o verso de Horácio. Desespero, precisão ou cobiça, dentro ou fora da lei: o dinheiro nos incita a fazer o que de outro modo não faríamos. Suponha, entretanto, um súbito e imprevisto bafejo da fortuna - um prêmio lotérico, uma indenização milionária, uma inesperada herança. Quem continuaria a fazer o que faz para ganhar a vida caso não fosse mais necessário fazê-lo? Estamos acostumados a considerar o trabalho como algo a que nos sujeitamos, mais ou menos a contragosto, para obter uma renda - como um sacrifício ou necessidade imposte. de fora; ao passo que o consumo é tomado como a esfera por excelência da livre escolha: o território sagrado para o exercício da nossa liberdade individual. A possibilidade de satisfazer, ainda que parcialmente, nossos desejos e fantasias de consumo se afigura como a merecida recompensa - ou suborno, diriam outros - capa2 de atenuar a frustração e aliviar o aborrecimento de ocupações que de outro modo não teríamos e não nos dizem respeito.

Daí que, na feliz expressão do jovem Marx, “o trabalhador só se sente ele mesmo quando não está trabalhando; quando ele está trabalhando, ele não se sente ele mesmo”. - Mas, se o mundo do trabalho está vedado às minhas escolhas e modo de ser; onde poderei expressar a minha individualidade? Impedido de ser quem sou no trabalho - escritório, chão de fábrica, call center, guichê, balcão -, extravaso a minha identidade no consumo - shopping, butique, salão, restaurante, showroom. FontE de elã vital, o ritual da compra energiza e a posse ilumina a alma do consumidor. A compra de bens externos molda a identidade e acena com a promessa de distinção: ser notado, ser ouvido, ser tratado com simpatia, respeito e admiração pelos demais. Não o que faço, mas o que possuo - e, sobretudo, o que sonho algum dia ter - di2 ao mundo quem sou. Servo impessoal no ganho, livre e soberano no gasto.

(Adaptado de: GIANNETTI, Eduardo. *Trópicos utópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016)

O termo que qualifica o substantivo na expressão necessidade imposta {1º parágrafo} tem sentido oposto àquele que qualifica o substantivo em:

- (A) *Servo impessoal* (2º parágrafo).
- (B) *inesperada herança* (1º parágrafo),
- (C) *merecida recompensa* {1º parágrafo}.
- (D) *território sagrado* (1º parágrafo).
- (E) *livre escolha* (1º parágrafo).

7. FCC - TJ TRT12/TRT 12/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Denotação e Conotação

Leia a crônica de Paulo Mendes Campos, para responder a questão.

Os paroquianos estranharam que, apesar de tão moço, o vigário novo fosse a tal ponto reservado, só falando o indispensável, sempre com a batina lambuzada de terrõ ou de tinta, às voltas com os reparos materiais da igreja. Com o tempo, acreditou-se, o sacerdote se faria amigo pelo menos das pessoas mais importantes do lugar, e prefeito, o presidente da Câmara, os representantes da Justiça, o médico, dois ou três fazendeiros, o farmacêutico. Na porta do estabelecimento deste último é que Sé

discutia a personalidade do vigário, formando-se um grupo contra e outro a favor.

- Parece que ele até faz pouco-caso da gente.
- Nunca vi um sujeito de cara tão amarrada.

Os simpatizantes pegavam pelo aspecto mais evidente do padre.

- Mas que homem danado de trabalhador!

E o padre, sem dar mostras de perceber o pasmo da cidade, sempre com suas ferramentas, ativo e suarento. Uma notícia, entretanto, deu aos munícipes a impressão de que iria começar o degelo, isto é, o vigário passaria a ter um contato mais direto e caloroso com o povo e os interesses locais. Ele procurara o prefeito e os vereadores para pleitear um cemitério novo; o velho, nos fundos da casa paroquial, estava mesmo impraticável. Foi um alívio. Enfim, o padre tomara uma atitude perfeitamenté normal, uma atitude que o incorporava à comunidade.

- Eu não dizia - exclamava o farmacêutico, eu apostava que o homem quer é trabalhar por nós. Francamente, este cemitério é indigno do progresso da cidade. A gentE aqui nem pode morrer por falta de lugar.

Com o entusiasmo, a Câmara votou uma verba especial para a aquisição de um terreno e benfeitorias adequadas. E não demorou que o novo campo-santo, depois de abençoado, fosse inaugurado com um discurso, no qual o prefeito apelava para os céus: aprovesse a Deus que jamais um corpo inânime viesse a transpor os umbrais daquela necrópole. Seis dias depois, entretanto, um corpo inânime transpunha os umbrais daquela necrópole: Deus, de repente, chamara o farmacêutico.

O vigário, realizada a sua única aspiração, passou a desaparecer por longas horas do dia, fora dos ofícios religiosos, raramente era visto, inquietando ainda mais os habitantes. Uma tarde, a bomba estourou: a viúva do coronel Inácio, indo levar flores à campa do falecido, no velho cemitério, descobrira a verdade macabra, a paisagem inacreditável: o antigo cemitério da cidade transformara-se escandalosamente numa horta. O estupor e a revolta não tiveram limites. Depois de muitos debates, umc. comissão foi encarregada de levar ao vigário um pedido enérgico: aquilo não podia continuar, ali repousavam os entes queridos de todas as famílias da cidade: e esta esperavam que o senhor vigário arrancasse sem mais demora todos os pés de hortaliças. O vigário respondeu que não via matéria de escândalo, citou um versículo de Antigo Testamento e despediu a todos com impaciência.

Foi aí que os homens válidos, pedindo a compreensão de Deus, resolveram invadir o cemitério, munidos de enxadas, facas e varapaus, para acabar com a horta que já não deixava ninguém dormir em paz, nem os mortos, nem os vivos. Pois, quando se aproximaram do cemitério, foram barrados pelo cano de espingarda do vigário: ai, ninguém entrava vivo. Os homens voltaram desapontados e tornaram a discutir o impasse. Alguém então teve a ideia de se levar uma denúncia ao bispo da diocese. Uma semana depois, o padre embarcava numa jardineira com a mala, a espingarda e a cara amarrada. A população toda, depois

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

1. FCC - AJ TRT18/TRT 18/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2023

Assunto: Matemática - Porcentagem

Um professor observou que em sua disciplina 70% dos alunos foram aprovados sem necessidade de fazer a prova de recuperação. Na prova de recuperação, ele verificou que compareceram apenas 90% dos reprovados na primeira avaliação e que todos os que compareceram foram aprovados. Sabendo-se que 3 alunos foram reprovados na disciplina, o total de alunos nessa disciplina era

- (A) 80
- (B) 100
- (C) 70
- (D) 200
- (E) 120

2. FCC - AJ TRT18/TRT 18/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2023

Assunto: Matemática - Porcentagem

Abelardo gasta sua renda mensal da seguinte maneira: metade da renda é destinada para gastos fixos, tais como moradia e supermercado. Para os gastos variáveis, como lazer, ele destina 25% da renda, e com saúde ele gasta 15% de sua renda. O restante ele destina à sua poupança. Se no mês de novembro Abelardo poupou R\$ 1.200,00, sua renda nesse mês foi de

- (A) R\$ 12.000,00
- (B) R\$ 6.000,00
- (C) R\$ 24.000,00
- (D) R\$ 8.000,00
- (E) R\$ 10.000,00

3. FCC - AJ TRT18/TRT 18/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2023

Assunto: Matemática - Porcentagem

João pediu emprestado R\$ 1.000,00 a serem pagos em 30 dias com acréscimo de 10%, mas como pagou antes do prazo recebeu desconto de 5% sobre o valor que deveria pagar. O valor pago pelo empréstimo foi de:

- (A) R\$ 1.105,00
- (B) R\$ 1.005,00
- (C) R\$ 1.045,00
- (D) R\$ 1.255,00
- (E) R\$ 1.095,00

4. FCC - AJ TRT12/TRT 12/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Matemática - Porcentagem

Sabe-se que 15% da metade de um número mais 80% do dobro desse mesmo número vale 36. A igualdade que equivale a essa afirmação é

- (A) $O, 15 - O, 5x + O, 80x = 36$
- (B) $O, 90x + O, 80x = 36$
- (C) $O, 75x + 1, 60x = 36$
- (D) $O, 15 \cdot 0,5x + 1,60x = 18$
- (E) $O, 15 \cdot 0,25x + 0,80x = 18$

5. FCC - AJ TRT4/TRT 4/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Matemática - Porcentagem

Em uma empresa há 360 funcionários, metade homens, metade mulheres. Sabe-se que 45% dos funcionários têm Ensino Médio completo como maior grau de escolaridade, os demais têm Ensino Superior completo. Dentre os funcionários homens, 95 têm Ensino Superior completo. O número de mulheres que têm Ensino Médio completo como maior grau de escolaridade é

- (A) 81
- (B) 79
- (C) 78
- (D) 80
- (E) 77

6. FCC - OF JUS (TJ CE)/TJ CE/2022
Assunto: Matemática - Porcentagem

Em um baú há 8 pares de meias brancas. 40% dos pares de meias no baú são pretas e os 4 pares restantes são listrados. O número total de pares de meias no baú é

- (A) 24.
- (B) 16.
- (C) 20.
- (D) 30.
- (E) 32.

7. FCC - AJ TRT22/TRT 22/ÁREA ADMINISTRATIVAJ"-SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Matemática - Porcentagem

Um telhado de 100 m^2 será coberto por telhas. Cada telha cobre $0,1 \text{ m}^2$. Assim, será necessário comprar 1 100 telhas para uma margem de segurança por causa das quebras. A margem de segurança utilizada é

- (A) 12%.
- (B) 8%.
- (C) 5%.
- (D) 11%.
- (E) 10%.

8. FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021

Assunto: Matemática - Porcentagem

O fluxo turístico dos países do MERCOSUL cresce a cada ano. Brasil é o país que recebe mais visitantes entre os sócios do bloco. Em 2014, hospedou 6,4 milhões de visitantes. No mesmo período, Argentina recebeu 5,57 milhões de turistas; Uruguai, 2,81 milhões; Venezuela, 1,08 milhões; e Paraguai, 610 mil.

(Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br>)

De acordo com essas informações, do total de visitantes em 2014 nos cinco países citados, a porcentagem correspondente à Venezuela e Paraguai, juntos, é de, aproximadamente,

- (A) 6,6%.
- (B) 10,9%.
- (C) 8,4%.
- (D) 10,3%.
- (E) 6,8%.

9. FCC - ADV LEG (ALAP)/ALAP/ATIVIDADE DE SERVIÇOS JURÍDICOS/PROCURADOR/2020

Assunto: Matemática - Porcentagem

Em uma cidade, dentre os meios de transporte sobre duas rodas (bicicletas e motos), 12,5% são bicicletas. A fim de aumentar a participação de bicicletas, o prefeito incentivará o aumento no número de bicicletas e a diminuição no número de motos. O valor de x para, aumentando o número de bicicletas em $x\%$ e, simultaneamente, reduzindo o número de motos em $x\%$, dobrar a participação das bicicletas, em relação ao total dos meios de transporte sobre duas rodas, é

- (A) 40
- (B) 30
- (C) 50
- (D) 25
- (E) 55

10. FCC - AUX LEG (ALAP)/ALAP/ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL/AUXILIAR DE TRANSPORTES/2020

Assunto: Matemática - Porcentagem

Ana aplicou R\$ 1.000,00 em um investimento que rendeu 8% no primeiro mês e 6% no segundo mês. Bete aplicou R\$ 1.000,00 em um investimento que, após os dois primeiros meses, rendeu 14%. Comparando os ganhos de Ana e de Bete, é correto afirmar que, após os dois primeiros meses,

- (A) Bete ganhou R\$ 4,80 a mais do que Ana.
- (B) Ana ganhou R\$ 4,80 a mais do que Bete.
- (C) Ana e Bete tiveram ganhos iguais.
- (D) Ana ganhou R\$ 34,00 a mais do que Bete.
- (E) Bete ganhou R\$ 34,00 a mais do que Ana.

11. FCC - SOLD (CBM AP)/CBM AP/COMBATENTE/2022

Assunto: Matemática - Proporções. Grandezas Proporcionais. Divisão em Partes Proporcionais

Considere a seguinte recomendação sobre a aquisição de veículos de suporte básico (B) e avançado (A):

As ambulâncias de suporte básico à vida devem ser adquiridas na proporção de um veículo para cada grupo de 100 a 150 mil habitantes, e as de suporte avançado à vida de um veículo para cada grupo de 400 a 450 mil habitantes.

De acordo com essa recomendação, os atuais veículos de suporte básico de uma cidade seriam suficientes para, no máximo, 750 mil habitantes, e os de suporte avançado para, no máximo, 450 mil habitantes. Se a cidade possui atualmente 1 milhão de habitantes, as quantidades mínimas de veículos de suporte básico (B) e de veículos de suporte avançado (A) a serem adquiridas para a cidade se adequar à recomendação são:

- (A) $A = 1$ e $B = 2$
- (B) $A = 1$ e $B = 3$
- (C) $A = 1$ e $B = 4$
- (D) $A = 2$ e $B = 2$
- (E) $A = 2$ e $B = 3$

12. FCC - AJ TRT14/TRT 14/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Matemática - Proporções. Grandezas Proporcionais. Divisão em Partes Proporcionais

Em um treino de cobrança de penalidades, cada um dos 18 jogadores de um time chutou um mesmo número de vezes. Após o treino, um levantamento mostrou que a razão entre o número de cobranças convertidas em gol e o número de cobranças não convertidas em gol foi de 5 para 7. Esse levantamento também mostrou que, se não forem considerados os chutes e gols marcados pelo artilheiro do time, a razão passa a ser de 7 para 10. Se nesse treino o artilheiro fez 22 gols, o número total de gols feitos no treino, incluindo os do artilheiro, foi

- (A) 210.
- (B) 300.
- (C) 270.
- (D) 240.
- (E) 330.

13. FCC - TJ TRTS/TRT 5/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Matemática - Proporções. Grandezas Proporcionais. Divisão em Partes Proporcionais

Quantidades iguais de soluções de álcool etílico, uma a 70% e outra a 50%, foram misturadas, obtendo uma nova solução. Obteremos uma nova solução e álcool a:

- (A) 55%
- (B) 60%
- (C) 65%
- (D) 70%
- (E) 75%

14. FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021

Assunto: Matemática - Proporções. Grandezas Proporcionais. Divisão em Partes Proporcionais

Tiago Duarte e Bruno Castro ganharam um prêmio de R\$ 35.000,00 em uma loteria. Tiago propôs que a divisão fosse feita proporcionalmente ao número de vogais do primeiro nome de cada um. Bruno propôs que o prêmio fosse dividido proporcionalmente ao número de consoantes do sobrenome de cada um. A proposta com a menor diferença entre os valores que cada um receberia é:

- (A) Tiago receberia R\$ 7.000,00 a mais que Bruno.
- (B) Tiago receberia R\$ 5.000,00 a mais que Bruno.
- (C) Bruno receberia R\$ 7.000,00 a mais que Tiago.
- (D) Bruno receberia R\$ 6.000,00 a mais que Tiago.
- (E) Bruno receberia R\$ 5.000,00 a mais que Tiago.

15. FCC - ANA LEG (ALAP)/ALAP/ATIVIDADE ADMINISTRATIVA/ADMINISTRADOR/2020

Assunto: Matemática - Regra de Três Simples

Um reservatório de água estava completamente cheio quando passou a perder água a um ritmo constante. Após 30 dias, o volume de água no reservatório correspondia a $\frac{2}{3}$ da capacidade máxima. Contando a partir do momento em que o reservatório estava cheio, o tempo necessário para que o volume de água atinja a marca de 10% da capacidade máxima do reservatório é

- (A) 81 dias.
- (B) 60 dias.
- (C) 270 dias.
- (D) 45 dias.
- (E) 171 dias.

16. FCC - AUX LEG (ALAP)/ALAP/ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL/AUXILIAR DE TRANSPORTES/2020

Assunto: Matemática - Regra de Três Simples

Uma empresa de 60 funcionários deve entregar uma encomenda em 30 dias. Após 15 dias, apenas $\frac{3}{10}$ da encomenda havia sido produzida. Considerando que o ritmo de produção de cada funcionário é igual e constante, o número adicional de funcionários que a empresa deve contratar para entregar a encomenda no prazo é

- (A) 100
- (B) 20
- (C) 40

- (D) 60
(E) 80

17. FCC - TNS (SEMPPLAN)/PREF TERESINA/FISCAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS/2022

Assunto: Matemática - Regra de Três Composta

Alguns anos atrás, o lixo residencial diário produzido em certa cidade era transportado até uma estação de tratamento em 40 viagens de 8 caminhões iguais, todos carregando a carga máxima. Atualmente, devido à crise econômica que atinge a cidade, a quantidade de lixo diário foi reduzida em 50% e o transporte desse lixo, para o mesmo local, vem sendo feito por 8 caminhões menores, cuja capacidade máxima corresponde a 40% da carga dos caminhões antigos. Na situação atual, fazendo viagens com a carga máxima, o número de viagens diárias necessário é

- (A) 16.
(B) 60.
(C) 48.
(D) 50.
(E) 64.

18. FCC - AJ TRT4/TRT 4/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Matemática - Regra de Três Composta

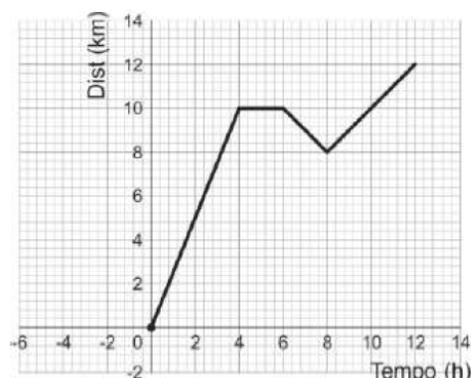
Uma loja costuma contratar costureiras de acordo com as encomendas que recebe. O dono da loja sabe que, em 4 dias, 15 costureiras fazem 18 cortinas, trabalhando juntas e no mesmo ritmo. Ele recebeu uma encomenda de 120 cortinas para serem entregues em 16 dias. Para entregar essa encomenda no prazo estipulado, o número mínimo de costureiras que ele precisa contratar é

- (A) 22
(B) 25
(C) 24
(D) 30
(E) 18

19. FCC - SOLD (CBM BA)/CBM BA/2023

Assunto: Matemática - Exercícios envolvendo Velocidade, Espaço, Tempo

Um ciclista saiu de casa às 7 h, pela manhã e, ao longo de 12 h, temos registrada, no gráfico, a sua distância ao ponto de partida.



A partir do gráfico, podemos afirmar que

- (A) a velocidade do ciclista foi a mesma em todos os trechos do percurso.
(B) o ciclista descansou durante duas horas ao longo de seu percurso.
(C) a velocidade do ciclista foi maior nas últimas quatro horas do seu percurso.
(D) o ciclista sempre se afastou de sua casa em todos os trechos do percurso.
(E) a velocidade do ciclista foi menor nas primeiras quatro horas do percurso.

20. FCC - AJ (TJ CE)/TJ CE/CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO/INFRAESTRUTURA DE TI/2022

Assunto: Matemática - Exercícios envolvendo Velocidade, Espaço, Tempo

Um trem viaja a uma velocidade constante. Ele leva 5 s para atravessar completamente um túnel de 85 m e gasta 8 s para atravessar completamente um túnel de 160 m. O comprimento do trem, em metros, é

- (A) 60.
(B) 30.
(C) 40.
(D) 50.
(E) 70.

21. FCC - TJ TRT4/TRT 4/APOIO ESPECIALIZADO/ENFERMAGEM DO TRABALHO/2022

Assunto: Raciocínio Lógico - Argumentos - Métodos Decorrentes da Tabela Verdade

Toda vez que viaja ao interior, Luciano não vai à feira. Quando está em férias e não é dia útil, Luciano viaja ao interior. Se hoje Luciano foi à feira, então, necessariamente,

- (A) é dia útil.
(B) Luciano está em férias.
(C) Luciano não está em férias.

NOÇÕES SOBRE O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1. FCC - AGAAS (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022
Assunto: Direitos Humanos - Disposições Gerais (arts. 1º ao 3º da Lei nº 13.146/2015)

Seguindo a regra expressa da legislação vigente, a avaliação da deficiência, quando necessária, será de natureza (A) médica, mediante emissão de laudo que aponte a condição do avaliado, segundo critérios diagnósticos do CID (Código Internacional de Doenças).

(B) biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar que considerará, entre outros aspectos, impedimentos do corpo, limitação de atividades e restrição de participação.

(C) biopsíquica, realizada por equipe de saúde que considere simultaneamente as restrições de natureza física e mental.

(D) funcional, devendo ser promovida por médico ou profissional de saúde habilitado, a partir dos critérios da Classificação de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde do Ministério da Saúde.

(E) ampla, mas com ênfase nos aspectos que atendam a finalidade para a qual foi solicitada, devendo ser realizada preferencialmente por equipe de referência no atendimento longitudinal do avaliado.

2. FCC - AGAAS (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022
Assunto: Direitos Humanos - Disposições Gerais (arts. 1º ao 3º da Lei nº 13.146/2015)

As adaptações razoáveis visam assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais. Segundo a definição legal, elas correspondem

(A) às melhorias necessárias para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários e equipamentos urbanos.

(B) à concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de projeto específico.

(C) a estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência.

(D) a ajustes necessários que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso.

(E) às alterações substanciais de objetos existentes nas vias e espaços públicos, tais como semáforos, postes de sinalização e pontos de acesso às telecomunicações.

3. FCC - ANA AC (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/AUDIODESCRIPTOR/2022

Assunto: Direitos Humanos - Disposições Gerais (arts. 1º ao 3º da Lei nº 13.146/2015)

O conceito de deficiência hoje vigente no Estatuto da Pessoa com Deficiência corresponde

(A) à incapacidade para o trabalho e para a vida independente determinada por limitações físicas, sensoriais ou mentais de média ou longa duração.

(B) à perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

(C) ao impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

(D) à limitação de natureza funcional, decorrente de alguma alteração fisiológica, que, para seu portador, restringe suas oportunidades de integração ajustada e plena e favorece a exclusão social.

(E) ao conjunto de restrições de origem biopsíquica que afetam a plena integração do indivíduo na sociedade, tornando-o portador de necessidades especiais cujo atendimento é dever do Estado, sociedade e família.

4. FCC - PROC (UNICAMP)/UNICAMP/2022

Assunto: Direitos Humanos - Disposições Gerais (arts. 1º ao 3º da Lei nº 13.146/2015)

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), incumbe ao poder público assegurar a oferta de profissionais de apoio escolar. Tal profissional, conforme define a própria lei, corresponde à pessoa que

(A) atua junto ao professor regente da classe regular que tenha alunos com deficiência, dando apoio ao planejamento e à realização das atividades em todos os espaços da escola, bem como nas ações de intervenção pedagógica e de avaliação.

(B) disponibiliza apoio ao estudante com deficiência, quando necessário, em suas atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais.

(C) exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

(D) desempenha atividades próprias de educação especial a alunos com deficiência matriculados em escola de ensino regular ou, em regime domiciliar, àqueles que, por mobilidade reduzida ou saúde fragilizada, estejam impedidos de frequentá-la.

(E) atua como facilitadora na execução das atividades escolares, oferecendo cuidados de vida diária e suporte pedagógico ao aluno com deficiência, além de suporte ao professor na sala de recursos multifuncionais.

5. FCC - AJ TRT5/TRT 5/ADMINISTRATIVAJ"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direitos Humanos - Disposições Gerais (arts. 1º ao 3º da Lei nº 13.146/2015)

De acordo com a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é assegurada a plena capacidade civil da pessoa com deficiência, inclusive para

I. exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária, bem como para casar-se e constituir união estável.

II. exercer direitos sexuais e reprodutivos, ressalvada situação de risco à sua integridade física ou psicológica, em que se admite esterilização compulsória, mediante prévia determinação judicial.

III. exercer o direito à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo vedado, contudo, exercer guarda, tutela ou curatela.

IV. exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e IV.

(B) II e IV.

(C) I, III e IV.

(D) I, II e III.

(E) II e III.

6. FCC - ANA JD (DPE AM)/DPE AM/CIÊNCIAS JURÍDICAS/2022

Assunto: Direitos Humanos - Disposições Gerais (arts. 1º ao 3º da Lei nº 13.146/2015)

Nos termos do Estatuto da Pessoa com Deficiência, quando a deficiência afetar a plena capacidade civil da pessoa, deverá ser necessariamente autorizado/a pelo curador

(A) a constituição de união estável.

(B) o exercício do direito à guarda.

(C) a realização de atos patrimoniais.

(D) a adoção.

(E) a conservação da fertilidade.

7. FCC - ASS SOE (TJ SC)/TJ SC/2021

Assunto: Direitos Humanos - Disposições Gerais (arts. 1º ao 3º da Lei nº 13.146/2015)

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, é considerada como pessoa com deficiência *aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial* [...]. A avaliação, por sua vez, será "biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar [...]". Todavia, o ... I... "criará instrumentos para avaliação da deficiência".

Preenche **corretamente** a lacuna I:

(A) Poder Executivo

(B) Poder Legislativo

(C) Ministério da Saúde

(D) Ministério da Previdência Social

(E) Instituto Nacional da Seguridade Social

8. FCC - AP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/SERVIÇO SOCIAL/2021

Assunto: Direitos Humanos - Disposições Gerais (arts. 1º ao 3º da Lei nº 13.146/2015)

A Lei Brasileira de Inclusão, Lei federal no 13.146/2015, conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, é considerada como um dos principais marcos legais no Brasil. Esse reconhecimento ocorre em decorrência

(A) da compreensão de que a deficiência está centrada nas funções biológicas e nas características do corpo do indivíduo, o que ocasiona impedimentos e incapacidades para o desenvolvimento de uma vida considerada “normal”.

(B) do entendimento de que a deficiência precisa ser superada com a reabilitação das pessoas, para que sejam, em regra, inseridas na vida produtiva, isto é, se adequem ao contexto social vigente.

(C) do entendimento que a deficiência está atrelada exclusivamente à pessoa e à forma com que se posiciona em relação à administração de sua vida e à participação na sociedade.

(D) da adoção da compreensão de que pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos corporais de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com as diversas barreiras, podem obstruir sua plena participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

(E) da adoção do termo “inclusão social”, quando institui a compreensão da igualdade, a partir da uniformidade e do ocultamento das diferenças existentes na participação da vida em sociedade.

9. FCC - TJ (TJ MA)/TJ MA/APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2019

Assunto: Direitos Humanos - Disposições Gerais (arts. 1º ao 3º da Lei nº 13.146/2015)

A tecnologia assistiva é aquela que

(A) combate formas de tratamento pelo Poder Público que causem manutenção ou agravamento da dependência da pessoa com deficiência exclusivamente na área da educação.

(B) garante à pessoa com deficiência profissional que a assista em situações de dependência severa.

(C) engloba recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços com o objetivo de ampliar a participação de pessoas com deficiência.

(D) garante à pessoa com deficiência o recebimento de restituição do imposto de renda com prioridade.

(E) engloba a proteção e socorro às pessoas com deficiência, em qualquer circunstância.

10. FCC - ANA AC (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/AUDIODESCRIPTOR/2022

Assunto: Direitos Humanos - Da Igualdade e da Não Discriminação (arts. 4º ao 9º da Lei nº 13.146/2015)

Em relação à capacidade civil, considerando os termos expressos da legislação vigente sobre o tema,

(A) havendo laudo médico que ateste a incapacidade da pessoa com deficiência reger-se para os atos da vida civil e formular seus juízos de forma autônoma, deverá ser designado a ela um tutor, que a representará em todos os assuntos que a afetem.

(B) a pessoa com deficiência intelectual sem discernimento para a prática dos atos da vida civil deixou, a partir da Lei Brasileira de Inclusão, a condição de absolutamente incapaz, passando à categoria de relativamente incapaz.

(C) a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para fins de casamento, união estável, planejamento familiar e guarda dos filhos.

(D) em nenhuma hipótese a pessoa com deficiência será submetida à curatela, cabendo, em relação aos assuntos de natureza patrimonial e negocial, a tomada de decisão apoiada.

(E) a pessoa com deficiência, a partir da Lei Brasileira de Inclusão, teve reconhecido seu direito de manifestar sua opinião e tê-la levada em consideração em todos os assuntos que a afetem, cabendo a decisão final, contudo, ao seu representante legal ou ao Judiciário no caso de divergência.

11. FCC - AJ (TJ MA)/TJ MA/ANALISTA DE SISTEMAS/DESENVOLVIMENTO/2019

Assunto: Direitos Humanos - Da Igualdade e da Não Discriminação (arts. 4º ao 9º da Lei nº 13.146/2015)

Considerando o direito à igualdade de oportunidades e o direito à não discriminação, é correto afirmar que a pessoa com deficiência

(A) não sofrerá limitação aos seus direitos sexuais, mas não conservará amplamente seus direitos reprodutivos.

(B) não será necessariamente curatelada, mas não poderá ser curadora de outra pessoa.

(C) poderá casar-se, mas não lhe será reconhecida união estável.

(D) será contemplada com ações afirmativas, mas não está obrigada à fruição de benefícios delas decorrentes.

(E) poderá ser adotada, mas não poderá adotar.

12. FCC - TJ TRF4/TRF 4/ADMINISTRATIVA/SEGURANÇA E TRANSPORTE/2019

Assunto: Direitos Humanos - Do Direito à Vida (arts. 10 a 13 da Lei nº 13.146/2015)

Atenção: Para responder à questão, considere o conteúdo de Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência.

Determinado município brasileiro decretou estado de calamidade pública, em razão de desastres ocasionados por fortes chuvas na região.

Clara é pessoa com deficiência e vive no citado município há vinte anos. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, Clara

(A) não será considerada vulnerável em razão do estado de calamidade pública, mas o poder público deverá adotar medidas para sua proteção e segurança.

(B) será considerada vulnerável em razão do estado de calamidade pública, devendo o poder público adotar medidas para sua proteção e segurança.

(C) será considerada vulnerável em razão do estado de calamidade pública, devendo o poder público adotar medidas apenas para sua proteção.

(D) não será considerada vulnerável, pois apenas em situações de risco e de emergência é que isso ocorre, não cabendo, portanto, qualquer medida por parte do poder público.

(E) será sempre considerada vulnerável, independentemente do estado de calamidade pública ou de qualquer outra situação, devendo o poder público, em todas as circunstâncias, adotar medidas para sua proteção e segurança.

13. FCC - AJ TRF3/TRF 3/JUDICIÁRIA "SEM ESPECIALIDADE"/2019

Assunto: Direitos Humanos - Do Direito à Habilitação e à Reabilitação (arts. 14 a 17 da Lei nº 13.146/2015)

De acordo com a Lei nº 13.146/2015, o processo de habilitação e reabilitação é um direito da pessoa com deficiência e baseia-se em avaliação multidisciplinar das necessidades, habilidades e potencialidades de cada pessoa, observada, dentre outras, a seguinte diretriz:

(A) adoção de medidas para compensar perda ou limitação funcional, buscando o desenvolvimento de aptidões.

(B) diagnóstico precoce e intervenção tardia.

(C) oferta de rede de serviços desarticulados, com atuação intrasetorial, nos diferentes níveis de complexidade, para atender às necessidades específicas da pessoa com deficiência.

(D) prestação de serviços próximo ao domicílio da pessoa com deficiência, exceto na zona rural, respeitadas a organização das Redes de Atenção à Saúde (RAS) nos territórios locais e as normas do Sistema Único de Saúde (SUS).

(E) atuação provisória e integrada de políticas públicas que possibilitem a plena participação social da pessoa com deficiência.

14. FCC - TJ AUX (TJ SC)/TJ SC/2021

Assunto: Direitos Humanos - Do Direito à Saúde (arts. 18 a 26 da Lei nº 13.146/2015)

João tem quinze anos e é pessoa com deficiência. João dirigiu-se à autoridade policial competente e alegou ter sofrido violência, pois seu genitor, em sua residência, intencionalmente e de forma negligente, deixou de lhe fornecer vestimentas, de prestar cuidados com higiene e cuidados escolares, o que lhe causou sofrimento psicológico. De acordo com a Lei no 13.146/2015, a conduta narrada

(A) não caracteriza violência contra a pessoa com deficiência, pois esta pressupõe conduta ativa, o que não ocorreu na hipótese.

(B) caracteriza violência contra a pessoa com deficiência, por preencher os requisitos legais.

(C) caracteriza violência contra a pessoa com deficiência, pois, apesar da Lei no 13.146/2015 não trazer os requisitos para a sua configuração, qualquer conduta negligente configura a violência.

(D) não caracteriza violência contra a pessoa com deficiência, pois para a configuração dessa conduta específica é necessário que seja praticada em local público.

(E) não caracteriza violência contra a pessoa com deficiência, pois para tanto é necessário que a violência cause morte ou dano físico.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. FCC - SOLD (PM BA)/PM BA/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Nos termos da Constituição Federal, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil

- (A) erradicar as desigualdades sociais e regionais.
- (B) reduzir a pobreza e a marginalização.
- (C) garantir o desenvolvimento nacional e internacional.
- (D) assegurar a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- (E) construir uma sociedade livre, justa e solidária.

2. FCC - SOLD (PM BA)/PM BA/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I. promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

II. permitir a livre manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.

III. erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Está correto o que consta de

- (A) I e III, apenas
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

3. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A solução pacífica dos conflitos é prevista na Constituição Federal de 1988 como

- (A) objetivo fundamental.
- (B) fundamento da República.

- (C) princípio das relações internacionais.
- (D) parte do preâmbulo.
- (E) direito e garantia fundamental

4. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A separação de poderes, prevista na Constituição Federal de 1988, configura-se como

- (A) fundamento da República.
- (B) princípio fundamental.
- (C) princípio de regência das relações internacionais.
- (D) objetivo fundamental da República.
- (E) direitos e garantias individuais e coletivos.

5. FCC - SOLD (PM BA)/PM BA/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Virgulino tem uma dívida civil vencida de R\$ 5.000,00 e está com receio de ser preso, caso não faça a respectiva quitação. Após consulta a um advogado, o profissional respondeu a ele que, nos termos da Constituição Federal, é

- (A) vedada a prisão civil por dívida, desde que de valores inferiores a R\$ 10.000,00.
- (B) permitida a prisão civil por dívida, desde que de valores superiores R\$ 3.000,00.
- (C) vedada a prisão civil por dívida, em qualquer hipótese e valor.
- (D) permitida a prisão civil por dívida, do responsável pelo pagamento de obrigação alimentícia, se o inadimplemento decorre de ato voluntário e inescusável do devedor.
- (E) permitida a prisão civil por dívida, do responsável pelo pagamento de obrigação alimentícia, ainda que o inadimplemento decorra de ato involuntário e escusável do devedor.

6. FCC - TM (MPE PB)/MPE PB/SEM ESPECIALIDADE/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Tomando conhecimento de que seria encenada uma peça teatral na cidade que retrataria uma tradicional figura cristã masculina como uma mulher negra, determinado grupo religioso requereu a proibição da estreia da referida peça, no que foram prontamente atendidos. Diante da situação hipotética apresentada, e levando-se em conta o que estabelece a Constituição Federal,

- (A) somente o Estado poderia, mediante regra geral, restringir ou impedir a estreia da peça, mediante censura prévia, com fundamento em sua competência para exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.
- (B) é admissível a proibição da estreia da peça, desde que se pretenda encená-la em local aberto ao público, hipótese em que a reunião de pessoas, ainda que pacífica, depende de aviso prévio e autorização da autoridade competente.
- (C) é inconstitucional a proibição da estreia da peça teatral, uma vez que é assegurada a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- (D) somente a União poderia, mediante regra geral, restringir ou impedir a estreia da peça, mediante censura prévia, com fundamento na inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença.
- (E) somente por meio de lei é possível a censura prévia à liberdade de expressão e de criação artística, de sorte que o prefeito do município em questão não poderia ter proibido a estreia da peça de teatro.

7. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A Constituição Federal de 1988 ao dispor, dentre os direitos individuais, que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, assegura o respeito ao princípio

- (A) da ampla defesa.
- (B) da presunção de inocência.
- (C) do contraditório.
- (D) da dignidade.
- (E) do acesso à justiça.

8. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A lei penal pode retroagir apenas para

- (A) beneficiar o réu.
- (B) criminalizar novas condutas.
- (C) aumentar a pena prevista
- (D) julgamento de crimes dolosos contra a vida,
- (E) aplicação na execução penal.

9. FCC - TJ TRT12/TRT 12/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Sandra é trabalhadora rural e seu marido, Oscar, é empregado de uma empresa privada, possuindo seguro contra acidente de trabalho, a cargo do seu empregador. Oscar sofreu um acidente de trabalho e Sandra, preocupada com as despesas relacionadas à recuperação de seu marido, deseja realizar horas extras. Considerando apenas as informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal, caso Sandra realize serviço extraordinário, a remuneração desse serviço deverá ser superior, no

- (A) mínimo, em 50% à do normal, e Oscar terá direito à indenização a ser paga por seu empregador apenas se esse empregador tiver incorrido em dolo.
- (B) máximo, em 50% à do normal e Oscar não terá direito à indenização a ser paga por seu empregador, independentemente de ter esse empregador incorrido em dolo ou culpa, porque possui seguro contra acidente de trabalho.
- (C) mínimo, em 50% à do normal e Oscar terá direito à indenização a ser paga por seu empregador se esse empregador tiver incorrido em dolo ou culpa.
- (D) mínimo, em 50% à do normal e Oscar não terá direito à indenização a ser paga por seu empregador, independentemente de ter esse empregador incorrido em dolo ou culpa, porque possui seguro contra acidente de trabalho.
- (E) máximo, em 50% à do normal e Oscar terá direito à indenização a ser paga por seu empregador se esse empregador tiver incorrido em dolo ou culpa.

10. FCC - AJ TRT21/TRT 21/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 50 da CF/1988)

Abel faleceu logo após sua condenação definitiva por crime por ele praticado que implica a obrigação de reparar danos a Euclides. Euclides, então, pretende receber de Carlos, único sucessor de Abel, o valor desses danos. Essa obrigação

- (A) não poderá ser estendida a Carlos, ainda que limitada ao valor do patrimônio transferido, pois a execução contra sucessores somente é possível nos casos de decretação do perdimento de bens.
- (B) poderá, nos termos da lei, ser estendida a Carlos e contra ele executada, sendo possível ultrapassar, no limite de até três salários mínimos, o valor do patrimônio transferido.
- (C) poderá, nos termos da lei, ser estendida a Carlos e contra ele executada, podendo ultrapassar o valor do patrimônio transferido até atingir o valor total da dívida.
- (D) não poderá ser estendida a Carlos, pois nenhuma pena passará da pessoa do condenado.
- (E) poderá, nos termos da lei, ser estendida a Carlos e contra ele executada até o limite do valor do patrimônio transferido.

11. FCC - AJ TRT18/TRT 18/ADMINISTRATIVAJ/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Direito Constitucional - Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º da CF/1988)

Ana é trabalhadora rural. Em conformidade com a Constituição Federal, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, são direitos de Ana

- (A) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; fundo de garantia por tempo de serviço; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- (B) seguro-desemprego, em caso de desemprego, seja voluntário ou involuntário; fundo de garantia por tempo de serviço; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cem por cento à do normal.
- (C) seguro-desemprego, em caso de desemprego, seja voluntário ou involuntário; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cem por cento à do normal.

(D) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias, nos termos da lei; fundo de garantia por tempo de serviço; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cem por cento à do normal.

(E) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário; remuneração do serviço extraordinário superior, no máximo, em cinquenta por cento à do normal; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias, nos termos da lei.

12. FCC - TJ TRT18/TRT 18/ADMINISTRATIVAJ/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Direito Constitucional - Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º da CF/1988)

Francisca, trabalhadora rural, foi demitida de seu emprego, sem nunca ter recebido remuneração superior à do seu serviço normal, pela realização de serviço extraordinário. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal, conforme apenas as informações fornecidas, Francisca, para obter o que lhe é devido e que o empregador se recusa a lhe pagar,

- (A) terá direito de ajuizar ação, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- (B) não terá direito de ajuizar ação, por se tratar de trabalhadora rural.
- (C) terá direito de ajuizar ação a qualquer tempo, pois os créditos resultantes das relações de trabalho são imprescritíveis.
- (D) não terá direito de ajuizar ação, pois recebeu remuneração pelo serviço extraordinário exercido.
- (E) terá direito de ajuizar ação, com prazo prescricional de dois anos, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

13. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2023

Assunto: Direito Constitucional - Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º da CF/1988)

Dentre os direitos sociais inseridos na Constituição Federal de 1988 por meio de emenda constitucional, destaca-se

- (A) o lazer.
- (B) o acesso à justiça,
- (C) a manifestação do pensamento.
- (D) a liberdade de crença.
- (E) a função social da propriedade.

14. FCC - AJ TRT12/TRT 12/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Direito Constitucional - Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º da CF/1988)

Guilherme, trabalhador urbano, de acordo com a Constituição Federal, nos termos da lei, cumpridos os requisitos necessários. possui, dentre outros, direito

(A) à remuneração do trabalho noturno igual à do diurno, bem como a ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de 5 anos.

(B) a licença-paternidade, bem como ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de 30 dias.

(C) ao seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário

(D) ao adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, bem como a remuneração do serviço extraordinário superior, no máximo, em 50% à do normal.

(E) à licença-paternidade, bem como ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias.

15. FCC - AJ TRT21/TRT 21/ADMINISTRATIVAJ/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Direito Constitucional - Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º da CF/1988)

Considerando apenas as informações aqui fornecidas, a mulher, sem filhos, maior de dezoito anos, não gestante, trabalhadora urbana,

(A) não poderá realizar trabalho no período noturno, mas poderá exercer atividade insalubre, desde que receba adicional de remuneração para esse tipo de atividade, na forma da lei.

(B) poderá realizar trabalho no período noturno, devendo a sua remuneração ser superior à do diurno, além de poder exercer atividade insalubre, devendo, neste caso, receber adicional de remuneração para esse tipo de atividade, na forma da lei.

(C) poderá realizar trabalho no período noturno, sendo, neste caso, sua remuneração igual à do diurno, além de poder exercer atividade insalubre, devendo receber adicional de remuneração para esse tipo de atividade, na forma da lei.

(D) não poderá realizar trabalho no período noturno nem exercer atividade insalubre, tendo em vista as normas de proteção à saúde da mulher.

(E) poderá realizar trabalho no período noturno, devendo a sua remuneração ser superior à do diurno, mas não poderá exercer atividade insalubre.

16. FCC - AJ TRT21/TRT 21/JUDICIÁRIAJ/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Direito Constitucional - Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º da CF/1988)

O trabalhador rural terá, dentre outros, o direito ao (A) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de 30 dias, e o direito de ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

(B) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário, e o direito de ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

(C) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, e o direito de ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de três anos, até o limite de um ano após a extinção do contrato de trabalho.

(D) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário, e o direito ao repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.

(E) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário, e o adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.

17. FCC - DP ES/DPE ES/2023

Assunto: Direito Constitucional - Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

Acerca dos direitos dos trabalhadores expressos na Constituição Federal,

(A) a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre alcança os menores de 16 anos e qualquer tipo de trabalho é vedado aos menores de quatorze anos, salvo aquele na condição de aprendiz.

(B) é assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Governança Pública

A governança está relacionada à possibilidade de uma gestão pública eficiente, inserindo-se como uma continuidade do modelo de Administração Pública gerencial, focada em

- (A) capacidade.
- (B) celeridade.
- (C) formalidade.
- (D) legalidade.
- (E) eficácia.

2. FCC - TJ TRT21/TRT 21/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Governança Pública

As funções e atividades envolvidas na gestão de riscos, na forma preconizada pelo Referencial Básico de Governança Organizacional para organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU, são atribuídas a agentes ou órgãos de primeira, segunda e terceira linha, sendo que

- (A) a auditoria externa e o TCU integram, respectivamente, a segunda e terceira linhas, sendo responsáveis pela verificação de conformidade e suficiência dos sistemas internos de gestão e monitoramento de riscos.
- (B) a primeira linha é composta pelos comitês de gestão de risco e pelos órgãos de compliance e conformidade e tem o papel de evitar a materialização dos riscos, propondo medidas de contenção e, quando não viáveis, ações de mitigação.
- (C) os órgãos de gestão integram a segunda e terceira linhas e são responsáveis por comunicar aos órgãos de primeira linha (alta liderança) os eventos de risco materializados ou na iminência de ocorrerem.

(D) a auditoria interna integra a terceira linha e tem entre suas atribuições fornecer às instâncias de governança avaliação objetiva acerca da gestão e reporte dos riscos considerados críticos e do desenho e operação dos processos de gestão de riscos na organização. (E) o TCU, embora não integre nenhuma das linhas, é responsável pela validação do modelo de gestão de riscos, devendo aprovar, anualmente, o plano de auditoria interna, a matriz de riscos da organização jurisdicionada e os integrantes da primeira linha.

3. FCC - TJ (TJ BA)/TJ BA/JUDICIÁRIA/ESCREVENTE DE CARTÓRIO/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Gestão por Processos (BPM CBOK, Ciclo PDCA, 6 Sigma etc.)

O Ciclo PDCA, como ferramenta utilizada pelas organizações, presta-se a

- (A) apoiar a gestão por processos, evitando erros a partir de ações de planejamento, execução, controle e correção.
- (B) instrumentalizar gestão por projetos, mapeando os pontos críticos nos respectivos cronogramas de execução.
- (C) estabelecer as ações de planejamento, diagnóstico, compliance e accountability na implementação da gestão de contratos.
- (D) gerir o quadro próprio e terceirizado de pessoal, com programas de desenvolvimento, capacitação e alinhamento aos objetivos institucionais.
- (E) estabelecer processo de comunicação eficaz, com ações efetivas de oitiva e oferecimento de feedback aos envolvidos no processo.

4. FCC - TJ TRT21/TRT 21/ADMINISTRATIVA/AGENTE DA POLICIA JUDICIAL/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Gestão por Processos (BPM CBOK, Ciclo PDCA, 6 Sigma etc.)

O gestor de segurança de uma organização utiliza em seus processos o método PDCA, apto a otimizar os recursos e definir as melhores estratégias e ações para o alcance dos objetivos.

A sigla que define esse método determina quatro atividades, quais sejam:

- (A) planejar, aplicar, desenvolver e aprimorar.
- (B) processar, desenvolver, confirmar e aplicar.
- (C) processar, determinar, controlar e atuar.
- (D) planejar, estimar, checar e acessar.
- (E) planejar, fazer, checar e agir.

5. FCC - TJ TRT21/TRT 21/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Gestão por Processos (BPM CBOK, Ciclo PDCA, 6 Sigma etc.)

De acordo com a metodologia proposta pela Society for Design and Process Science ScDPeS, os denominados processos interoperados

- (A) constituem subsistemas de um mesmo processo, que podem ser atribuídos a diferentes agentes, porém demandam gestão única para mitigar o risco de inconsistências.
- (B) são aqueles mais precários em termos de grau de conhecimento das equipes envolvidas, eis que demandam intervenções constantes de outros agentes.
- (C) situam-se no nível 2, intermediário, em termos de maturidade, apenas atrás dos processos emulados, sendo que ambos não possuem o grau mínimo desejável de padronização
- (D) são também denominados macroprocessos, eis que correspondem a um sistema integrado de processos autônomos, porém relacionados em termos de outputs.
- (E) correspondem ao nível 5 em termos de grau de maturidade, levando em conta a minimização de riscos e de efeitos indesejados.

6. FCC - AJ TRT18/TRT 18/ADMINISTRATIVAJ/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Conceito, Princípios, Fundamentos e Evolução da Qualidade

O conceito de qualidade total introduzido por W. Edwards Deming, absorvido largamente pelos japoneses na década de 1950, sustentava que

- (A) a melhoria contínua da qualidade é garantida a partir da adoção de um sistema de quotas de produção, com inspeção em massa na fase final da cadeia produtiva.

(B) vale a pena investir na melhoria da qualidade do produto desde que haja certeza da recuperação dos custos envolvidos com a incorporação da "mais valia" ao preço final.

(C) a organização deve adotar uma filosofia de "falha zero", incentivada por slogans e exortações de metas fundadas na eliminação de inconsistências a qualquer custo.

(D) melhor qualidade proporciona, no conjunto, custos mais baixos de produção, devendo o controle ser feito ao longo de todo o processo produtivo.

(E) a diversificação de fornecedores, com a instauração de uma competição entre os parceiros, aumenta a qualidade e diminui o custo dos insumos envolvidos na produção.

7. FCC - ANA (COPERGÁS)/COPERGÁS/ADMINISTRADOR/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Objetivos, Funções e Desafios da Área de Gestão de Pessoas

O diretor de Recursos Humanos de uma empresa de economia mista anunciou o lançamento de um projeto ousado de um novo modelo de competências que abrangesse todos os funcionários da empresa. Para isso, lançou mão de um programa baseado no modelo de mudança organizacional proposto por Peter Senge. No mês seguinte da concepção do projeto, duas situações se tornaram evidentes: falta de percepção sobre a relevância do porquê da mudança e ausência de coerência entre o discurso e a prática dos proponentes e líderes da mudança. Diante dessa situação, e de acordo com o modelo adotado, esse estágio compreende o desafio de

- (A) iniciar.
- (B) sustentar.
- (C) reprojeter.
- (D) financiar.
- (E) governança.

8. FCC - ANA (COPERGÁS)/COPERGÁS/ADMINISTRADOR/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Recrutamento (Gestão de Pessoas)

Um analista que lidera um projeto orientado para melhorar o atendimento ao cliente está prestes a finalizar o recrutamento interno de sua equipe. Para isso, ele precisa preencher uma última posição. O perfil desejado para essa posição, baseado no modelo de personalidade de “Cinco Fatores”, requer uma pessoa responsável, organizada e persistente. Nesse caso, o fator desejado refere-se à

- (A) amabilidade.
- (B) conscienciosidade.
- (C) extroversão.
- (D) estabilidade emocional.
- (E) abertura para experiências.

9. FCC - AJ TRT21/TRT 21/ADMINISTRATIVAJ”SEM ESPECIALIDADE”/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Seleção (Gestão de Pessoas)

Considere que, em um processo de seleção de pessoal, o responsável pretenda valer-se de ferramentas para a identificação d eperfil profissiográfico para a posição a ser preenchida. Para tanto, poderá utilizar

- (A) requisição de pessoal, aplicável quando não é possível a seleção externa e busca, na própria organização, do profissional mais apto possível para o cargo,
- (B) incidentes críticos, que correspondem ao mapeamento de seleções malsucedidas, buscando evitar novos equívocos.
- (C) hipótese de trabalho, que resulta em uma previsão aproximada do conteúdo do cargo, sendo útil quando se trate de cargo novo na organização.
- (D) descrição do cargo, que corresponde ao levantamento dos aspectos extrínsecos do cargo, em especial as habilidades exigidas para o ocupante.
- (E) análise do cargo, consistente na identificação dos aspectos intrínsecos do cargo: tarefas, atribuições e responsabilidades inerentes à posição.

10. FCC - ANA (COPERGÁS)/COPERGÁS/ADMINISTRADOR/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)

O analista de uma empresa de distribuição de cilindros de gás precisa identificar o Coeficiente de Frequência de acidentes no trabalho das suas equipes de logística, com base nos dados da tabela abaixo.

	Equipe W	Equipe X	Equipe Y	Equipe Z	Equipe K
Nº de acidentes com afastamento (mês)	8	6	2	2	3
Nº total de trabalhadores contratados (mês)	20	25	5	10	7
Horas trabalhadas total – com horas extras (mês)	200	240	160	160	200

O maior Coeficiente de Frequência pertence à equipe

- (A) X.
- (B) W.

- (C) Y.
- (D) Z.
- (E) K.

11. FCC - AJ TRT18/TRT 18/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Direito Administrativo - Poder de Polícia

A apreensão de documentos pertencentes à pessoa jurídica, por agentes da Administração Pública durante ação de fiscalização de estabelecimentos em determinado segmento,

- (A) é expressão do princípio da eficiência, que, em razão de expressa previsão constitucional e de seu status hierarquicamente superior, prescinde de fundamento legal para o respectivo exercício.
- (B) depende de expressa autorização judicial, diante da natureza cautelar da medida, o que excederia os limites da ação fiscalizatória disciplinar da Administração Pública.
- (C) configura exercício do poder disciplinar, que submete não apenas os servidores públicos à autoridade administrativa, mas também os administrados à tutela estatal.
- (D) é manifestação do poder normativo da Administração Pública, que pode editar atos normativos originários para fundamentar a adoção de ações e medidas cautelares repressivas em face dos administrados.
- (E) configura legítima atuação do poder de polícia administrativa, que não dispensa a observância do contraditório em favor da empresa, admitido, contudo, de forma justificada, o diferimento desse exercício.

12. FCC - DP SP/DPE SP/2023

Assunto: Direito Administrativo - Poder de Polícia

Uma família reside há 20 anos em uma casa construída em área pública e procura a Defensoria Pública após receber uma notificação administrativa emitida por órgão da Prefeitura. No documento, há determinação de desocupação em 8 dias sob pena de demolição da construção. Nesse caso, a

- (A) autoexecutoriedade dispensa a necessidade de decisão judicial para efetivação da demolição, motivo pelo qual não há medida juridicamente cabível para garantir os direitos dos usuários.

(B) autoexecutoriedade é a possibilidade de coação material para a execução do ato, tratando-se de atributo com aplicação ilimitada, dispensa previsão legal e independe de demonstração de urgência para garantia do interesse público.

(C) notificação emitida por órgão da Prefeitura é expressão do poder de polícia delegado cujos atributos são: discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade.

(D) notificação enviada padece de vício eis que inobservados o contraditório e a ampla defesa, em burla ao devido processo legal administrativo.

(E) notificação da Prefeitura é expressão do poder disciplinar fundado na supremacia do interesse público sobre o particular.

13. FCC - SOLD (PM BA)/PM BA/2023

Assunto: Direito Administrativo - Abuso de Poder: Excesso de Poder e Desvio de Finalidade (Poderes da Administração)

Na hipótese de o administrador público praticar conduta fora dos limites da lei, expressa ou implicitamente, produzindo resultado ilegítimo, haverá

- (A) exercício regular de direito.
- (B) aplicação regular de prerrogativa.
- (C) uso do poder-dever ínsito ao agente público.
- (D) abuso de poder.
- (E) utilização do direito administrativo de agir.

14. FCC - TJ TRT18/TRT 18/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Direito Administrativo - Administração Direta (Órgãos Públicos)

A instituição de novas secretarias de estado no âmbito da estrutura da Administração Pública

- (A) somente demanda lei em sentido formal se ensejar aumento de despesa ou criação de cargos.
- (B) representa descentralização administrativa, demandando autorização legislativa e edição de decreto regulamentar.
- (C) é matéria de organização administrativa e prescinde de lei, dependendo apenas de edição de decreto do Chefe do Executivo.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. FCC - AJ TRT22/TRT 22/ÁREA ADMINISTRATIVA-SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto : Direito Digital - Lei nº 11.419/2006 - Informação do Processo Judicial

Lindomar, advogado, recebeu a publicação da procedência em parte de uma reclamação trabalhista que tramita por meio de processo eletrônico, disponibilizada em 10/03 (6ª-feira), mas com data de 09/03 (5ª-feira). Ele está em dúvida quanto ao seu prazo para ingressar com recurso ordinário, porque dia 15/03 (4ª-feira) é feriado municipal, e pergunta para uma colega, que esclarece que seu prazo final será em

- (A) 23/03.
- (B) 22/03.
- (C) 20/03.
- (D) 17/03.
- (E) 21/03.

2. FCC - TJ TRT14/TRT 14/ADMINISTRATIVA/2022

Assunto: Direito Digital - Lei nº 11.419/2006 - Informação do Processo Judicial

Vitor e Marília estão estudando juntos para um concurso público e se depararam com a seguinte questão referente a prazos processuais no processo eletrônico: o Acórdão que negou provimento a um recurso ordinário foi disponibilizado em 11/11 (6ª feira), mas com data de 10/11 (5ª feira). Sabendo-se que o dia 15/11 (3ª feira) é feriado nacional e que em 14/11 haverá expediente normal no Tribunal Regional do Trabalho, a data final para interposição de recurso de revista será

- (A) 24/11.
- (B) 23/11.
- (C) 22/11.
- (D) 21/11.
- (E) 18/11.

3. FCC - AJ TRT4/TRT 4/JUDICIÁRIA"/SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Aplicação das Normas Processuais (arts. 13 a 15)

De acordo com o que dispõe o Código de Processo Civil,

- (A) em nenhuma hipótese, poderá ser proferida decisão contra uma das partes do processo sem que ela seja previamente ouvida.
- (B) na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições desse Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.
- (C) os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão. A lista de processos aptos a julgamento deverá estar permanentemente à disposição para consulta pública em cartório e na rede mundial de computadores.
- (D) a norma processual não retroagirá, salvo para beneficiar o réu, e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados, quando possível, os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- (E) o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, exceto quando se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

4. FCC - PROC (UNICAMP)/UNICAMP/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Princípios Processuais Civis (arts. 1º a 12 e CF/1988)

Segundo prescreve o Código de Processo Civil, ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz

- (A) atuará de forma a resguardar a proporcionalidade, a razoabilidade e a eficiência, para que se garanta a realização dos fins sociais e das exigências do bem comum, mas apenas em ações que tenham como parte pessoas hipossuficientes.

(B) decidirá sempre com base na equidade, que abranje a proporcionalidade e a razoabilidade, as quais constituem princípios expressos na Constituição Federal.

(C) abster-se-á de utilizar a proporcionalidade e a razoabilidade, pois são instrumentos de ponderação de princípios constitucionais, não sendo facultado ao juiz, na aplicação da lei, utilizá-los, devendo extrair do próprio comando legal as regras a serem aplicadas.

(D) atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

(E) restringir-se-á a aplicar os princípios constitucionais quando explicitados pelo legislador em regras legais, sendo-lhe permitido apenas em caso de omissão ou lacuna da lei aplicar a proporcionalidade e a razoabilidade.

5. FCC - PROC (TERESINA)/PREF TERESINA/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Princípios Processuais Cíveis (arts. 1º a 12 e CF/1988)

No tocante às normas fundamentais do processo civil:

(A) O processo começa sempre por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, sem exceções.

(B) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade; nos casos de segredo de justiça, pode ser autorizada a presença somente das partes, de seus advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público.

(C) As partes têm direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, excluída a natureza satisfativa, por sua natureza executória.

(D) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo se tratar-se de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

(E) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, em nenhuma hipótese.

6. FCC - AJ TRT9/TRT 9/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Da Ação (arts. 17 a 20)

De acordo com o Código de Processo Civil, havendo substituição processual, o substituído

(A) poderá intervir como assistente litisconsorcial.

(B) não poderá intervir no processo.

(C) poderá intervir no processo apenas para a defesa de direito indisponível.

(D) poderá intervir no processo na qualidade de *amicus curiae*.

(E) poderá intervir no processo na qualidade de assistente simples.

7. FCC - DP MT/DPE MT/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Da Ação (arts. 17 a 20)

Carlos ajuizou ação de reintegração de posse em face de Ana, visando a retomada de um imóvel. Após a instrução probatória, o autor não conseguiu demonstrar que tinha posse anterior do bem. Segundo a teoria da asserção, a extinção do processo deverá ocorrer

(A) com resolução do mérito, em razão da cognição profunda sobre as alegações do autor.

(B) sem resolução de mérito, por inadequação da via eleita.

(C) com resolução do mérito, tendo em vista que o CPC de 2015 aboliu a análise das condições da ação.

(D) sem resolução de mérito, pela ausência de legitimidade ativa de Carlos.

(E) sem resolução de mérito, por carência de interesse processual.

8. FCC - AJ TRT14/TRT 14/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Da Ação (arts. 17 a 20)

Com fundamento em norma que autorizava a substituição processual, André, em substituição a Bruno, ajuizou ação contra Carlos. De acordo com o Código de Processo Civil, o substituído (Bruno)

(A) poderá, a qualquer tempo, assumir o polo ativo da ação, o que implicará a exclusão do substituto do processo.

(B) poderá intervir no processo como assistente litisconsorcial.

(C) não poderá intervir no processo, salvo apenas para a defesa de direito indisponível.

(D) não poderá intervir no processo em nenhuma hipótese.

(E) não poderá intervir no processo, salvo apenas para interpor recurso contra as decisões desfavoráveis que não tenham sido objeto de recurso pelo substituto.

9. FCC - DP PB/DPE PB/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Do Litisconsórcio (arts. 113 a 118)

Nivaldo ajuizou uma ação pauliana com a finalidade de anular uma venda fraudulenta feita por um devedor insolvente. Na petição inicial, o autor indicou como réus o vendedor (seu devedor, em estado de insolvência) e o comprador. Verifica-se, assim, um litisconsórcio inicial passivo

(A) simples e facultativo.

(B) unitário e facultativo.

(C) simples e necessário.

(D) unitário e necessário.

(E) alternativo.

10. FCC - AJ TRT23/TRT 23/JUDICIÁRIA/OFFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Do Litisconsórcio (arts. 113 a 118)

De acordo com o Código de Processo Civil, o litisconsórcio facultativo

(A) será sempre unitário.

(B) será sempre ativo, pois, entre os réus, só existe litisconsórcio necessário.

(C) determina que todos os recursos sejam interpostos conjuntamente por todos os litisconsortes, sob pena de não conhecimento.

(D) pode ser formado pelos autores a qualquer tempo, mesmo depois de oferecida a contestação, desde que ainda não tenha sido prolatada sentença.

(E) poderá ser limitado pelo juiz quando comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.

11. FCC - AJ TRTS/TRT 5/JUDICIÁRIA/OFFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Do Litisconsórcio (arts. 113 a 118)

De acordo com o que dispõe o Código de Processo Civil sobre o litisconsórcio,

(A) será necessário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

(B) o juiz poderá limitar o litisconsórcio necessário quanto ao número de litigantes quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.

(C) será unitário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.

(D) quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.

(E) cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, sendo suficiente, contudo, para efeitos processuais, que somente um deles seja intimado dos respectivos atos.

12. FCC - PROC (TERESINA)/PREF TERESINA/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Da Intervenção de Terceiros (arts. 119 a 138)

Quanto ao incidente de desconsideração da personalidade jurídica:

(A) Instauração do incidente de desconsideração deve ser postulada até o saneador, necessariamente, no processo de conhecimento, ou a qualquer tempo na execução fundada em título executivo extrajudicial.

(B) Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente.

(C) A instauração do incidente não suspenderá o processo, a não ser que requerida na petição inicial.

(D) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica só se dará na forma direta, uma vez que a desconsideração inversa é criação doutrinária mas não tem previsão normativa.

(E) Com a instauração do incidente o sócio ou a pessoa jurídica serão intimados para manifestar-se e requerer as provas cabíveis em quinze dias.

13. FCC - AJ TRT4/TRT 4/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Da Intervenção de Terceiros (arts. 119 a 138)

Júnior se envolveu em um acidente de trânsito, vindo a colidir seu veículo contra o automóvel de Gabriel, por não ter atentado para a sinalização de via preferencial na via pública. Gabriel, então, ajuizou, em face de Júnior, ação de indenização por danos materiais, com a intenção de receber os valores devidos para o conserto de seu automóvel. Júnior, ao ser citado, entendeu que a responsabilidade de pagamento era de sua seguradora, diante do contrato que com ela estabeleceu antes do acidente. Nessa situação,

- (A) Júnior pode promover denúncia à lide à seguradora.
- (B) Júnior pode promover o chamamento ao processo da seguradora.
- (C) Gabriel pode promover denúncia à lide em face de Júnior.
- (D) Gabriel pode promover o chamamento ao processo em face da seguradora.
- (E) não cabe nenhuma hipótese de intervenção de terceiros, em razão de estar evidente a culpa de Júnior pelo acidente.

14. FCC - OF JUS (TJ CE)/TJ CE/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Da Intervenção de Terceiros (arts. 119 a 138)

De acordo com o disposto no Código de Processo Civil, o incidente de desconsideração da personalidade jurídica será

- (A) instaurado de ofício ou a requerimento da parte, suspendendo o processo, salvo se apresentado junto com a petição inicial.
- (B) instaurado de ofício ou a requerimento da parte, suspendendo o processo ainda que apresentado junto com a petição inicial.
- (C) resolvido por sentença.
- (D) admitido apenas na fase de cumprimento de sentença e na execução de título extrajudicial.
- (E) dispensado se a desconsideração for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.

15. FCC - AJ TRTS/TRT 5/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Dos Poderes, dos Deveres e da Responsabilidade do Juiz (arts. 139 a 143)

De acordo com o que estabelece o Código de Processo Civil, com relação aos poderes, deveres e responsabilidades das partes, dos procuradores e dos juizes,

- (A) o Juiz decidirá o mérito do processo nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe defeso conhecer, em qualquer hipótese, de questões de ofício.
- (B) há suspeição do juiz quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo.
- (C) os motivos de impedimento e suspeição previstos legalmente para o juiz diferem daqueles oponíveis aos Membros do Ministério Público e dos auxiliares da justiça.
- (D) se reconhecer o impedimento ou a suspeição ao receber a petição, o juiz ordenará imediatamente a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça a que estiver subordinado para que este eleja um novo juiz para o caso.
- (E) incumbe ao juiz dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.

16. FCC - AJ TRT14/TRT 14/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Dos Impedimentos e da Suspeição (arts. 144 a 148)

De acordo com as normas do Código de Processo Civil que disciplinam as hipóteses de impedimento e suspeição do juiz, este será

- (A) suspeito quando figure como parte do processo instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego.
- (B) impedido quando for inimigo de advogado de qualquer das partes.
- (C) impedido quando for amigo íntimo de qualquer das partes.
- (D) suspeito quando for interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.
- (E) suspeito quando promover ação contra a parte ou seu advogado.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. FCC - DP ES/DPE ES/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Considere os casos a seguir:

1. Paulo praticou o crime de furto qualificado mediante fraude contra seu irmão unilateral Pedro: Neste caso, a vítima é seu irmão, logo a ação penal será pública condicionada à representação.

2. Carlos residia com seus pais há pouco mais de um mês quando praticou o delito de apropriação indébita, cuja ofendida é sua genitora, que contava com 60 anos na data dos fatos: Carlos cometeu o crime contra sua genitora, sendo o delito considerado de violência doméstica. Assim, a ação penal será pública incondicionada.

3. Diana, que contava com 61 anos quando dos fatos, residente na cidade de Vila Velha/ES, foi vítima do crime de estelionato simples praticado por seu irmão, Antônio, que reside em Vitória/ES: Como o crime de estelionato não é considerado de violência doméstica, a ação penal será pública condicionada à representação.

4. Renato praticou a infração penal de incêndio culposos na habitação de seu filho Rafael: Se houver isenção de pena ou exclusão do crime, Renato não deve ser processado. Caso contrário, a ação penal será pública incondicionada.

Analisando as hipóteses acima, em relação a eventual ação penal e sua necessidade, é correto afirmar que:

(A) A ação penal no caso de Renato será pública incondicionada, ao passo que a ação penal em desfavor de Antônio será condicionada à representação.

(B) A ação penal contra Paulo será pública condicionada à representação, mesma hipótese para o caso de Renato.

(C) A ação penal contra Antônio será pública incondicionada, ao passo que a ação penal em desfavor de Carlos será pública condicionada à representação.

(D) Renato sequer deve ser processado, pois incide hipótese de isenção de pena, ao passo que a ação penal contra Carlos será pública incondicionada.

(E) A ação penal em desfavor de Carlos será pública incondicionada, mesma hipótese para o caso de Paulo.

2. FCC - DP CE/DPE CE/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

O acordo de não persecução penal

(A) reforça o sistema acusatório ao permitir que o Ministério Público proponha acordo antes mesmo da análise do arquivamento da acusação ou oferecimento da denúncia.

(B) não será cabível se o agente tiver realizado outro acordo de não persecução penal no período de 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração.

(C) não será cabível em crimes praticados contra o meio ambiente devido ao âmbito de proteção constitucional do bem jurídico penalmente tutelado.

(D) será cabível em crimes culposos com resultado violento, exceto no crime de homicídio culposos na direção de veículo automotor.

(E) deverá contar com a anuência da vítima nos casos em que a reparação de dano ou restituição da coisa for condição do acordo e o investigado estiver impossibilitado de fazê-lo.

3. FCC - OF JUS (TJ CE)/TJ CE/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Nos delitos de ação penal pública condicionada

(A) a denúncia será promovida pelo Ministério Público ou mediante queixa do ofendido.

(B) o ofendido poderá se retratar da representação, desde que o faça a qualquer tempo antes da sentença.

(C) a denúncia poderá ser oferecida pelo Ministério Público sem a instauração do inquérito policial, se a representação trazer elementos suficientes à ação penal.

(D) o direito de representação poderá ser exercido pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, desde que haja declaração escrita do ofendido.

(E) o direito de representação será extinto em caso de morte do ofendido.

4. FCC - DP RR/DPE RR/2021

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Sobre o acordo de não persecução penal e a suspensão condicional do processo:

- (A) Possuem os mesmos requisitos legais, embora distinto o momento processual em que propostos.
- (B) Caso cumpridas as obrigações convencionadas, o juiz absolverá o réu, no caso da suspensão condicional do processo, ou extinguirá sua punibilidade, no caso do acordo de não persecução penal.
- (C) Exigem a confissão formal e circunstanciada da prática da infração penal pelo investigado, sem a necessidade de apontar eventuais coautores.
- (D) O descumprimento do acordo de não persecução penal não poderá ser usado como justificativa para posterior não oferecimento de suspensão condicional do processo no mesmo processo.
- (E) Podem ser oferecidos na ação penal pública incondicionada, na ação penal pública condicionada à representação e na ação penal privada.

5. FCC - TJ TRF4/TRF 4/ADMINISTRATIVAJ"SEM ESPECIALIDADE"/2019

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Ronaldo, mediante seu advogado José, apresenta queixa-crime contra Silvana, Fábio e Rodrigo, imputando-lhes os crimes de calúnia e difamação. Sobre o caso hipotético apresentado e a queixa-crime, nos crimes de ação penal privada, nos moldes estabelecidos pelo Código de Processo Penal, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) O perdão concedido por Ronaldo à querelada Silvana a todos aproveitará, ainda que recusado por Fábio e Rodrigo.
- (B) O Ministério Público poderá aditar a queixa-crime, no prazo de 03 dias, contados do recebimento dos autos, e deverá intervir em todos os termos subsequentes do processo.
- (C) Se a uma quarta pessoa for imputado o mesmo crime de Silvana, Fábio e Rodrigo, o Ministério Público deverá zelar pela indivisibilidade da ação penal, obrigando o querelante Ronaldo ao processamento de todos.

(D) Estará perempta a ação penal privada iniciada por queixa-crime apresentada por Ronaldo se este deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos.

(E) José, advogado de Ronaldo, para ajuizar a ação penal privada, deverá estar munido de procuração com poderes especiais, constando, em regra, o nome do querelante e a menção do fato criminoso.

6. FCC - TCL (CM FORTAL)/CM FORTALEZA/AGENTE ADMINISTRATIVO/2019

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Sobre a ação penal privada é **correto** afirmar que

- (A) será promovida por denúncia do Ministério Público ou por requisição do Ministro da Justiça.
- (B) seu exercício depende de representação do Ministério Público e aceitação da vítima.
- (C) pode ser intentada tanto pelo ofendido quanto por quem tenha qualidade para representá-lo.
- (D) deve ser proposta no prazo de trinta dias da descoberta do crime pelo ofendido.
- (E) pode ser exercida por qualquer pessoa que saiba do crime e independe da vontade do ofendido.

7. FCC - TJ TRF3/TRF 3/ADMINISTRATIVAJ"SEM ESPECIALIDADE"/2019

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Maurício esteve em uma festa realizada em uma casa noturna, situada na cidade de São Paulo, no dia 10 de julho de 2019. Acabou se envolvendo em uma briga e foi agredido por duas pessoas não identificadas. Maurício registrou Boletim de Ocorrência e foi submetido a exame de corpo de delito, que constatou que ele sofreu lesões corporais de natureza leve. No curso das investigações, de posse das imagens das câmeras de segurança do estabelecimento, foi possível identificar os dois agressores. Maurício compareceu ao Distrito Policial e realizou o reconhecimento pessoal dos seus agressores em 15 de agosto de 2019, os quais foram devidamente qualificados nessa data. No dia 10 de setembro de 2019, Maurício faleceu em decorrência de um infarto, deixando uma esposa, Fabíola. No caso hipotético apresentado, tratando-se de crime que se processa mediante representação do ofendido, Fabíola, na condição de cônjuge do falecido, deverá ofertar a necessária representação para ver os agressores do seu finado esposo processados criminalmente no prazo de

- (A) 03 meses, contado a partir da data do óbito de Maurício.
- (B) 06 meses, contado a partir do dia 10 de julho de 2019.
- (C) 06 meses, contado a partir do dia 15 de agosto de 2019.
- (D) 06 meses, contado a partir da data do óbito de Maurício.
- (E) 03 meses, contado a partir do dia 10 de julho de 2019.

8. FCC - PJ (MPE PB)/MPE PB/2018

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

No caso de morte do ofendido, a ordem preferencial para se exercer o direito de queixa, segundo o que dispõe o Código de Processo Penal, é

- (A) ascendente, descendente e cônjuge.
- (B) cônjuge, ascendente, descendente e irmão.
- (C) descendente, ascendente e irmão.
- (D) ascendente, descendente e representante legal.
- (E) cônjuge, descendente, ascendente e tutor ou curador.

9. FCC - PJ (MPE PB)/MPE PB/2018

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Para que a ação penal tenha justa causa e possibilite a ampla defesa do acusado, a denúncia deverá conter os seguintes requisitos essenciais:

- (A) Exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.
- (B) Exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime, o rol das testemunhas e o pedido de condenação.
- (C) Exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime, o rol das testemunhas e pedido alternativo para o caso de desclassificação do crime.

(D) Exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado e da vítima ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-los, a classificação do crime e o rol completo das provas que se pretende produzir.

(E) Exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime, o rol das testemunhas, o pedido de condenação e o procedimento a ser observado.

10. FCC - AG PEN (IAPEN AP)/IAPEN AP/2018

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Sobre a ação penal, é correto afirmar que

- (A) a representação será irretratável, depois de recebida a denúncia.
- (B) no caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao Juiz.
- (C) não se admite, em nenhuma hipótese, ação penal privada nos crimes de ação penal pública.
- (D) seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será privada.
- (E) o Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

11. FCC - DP GO/DPE GO/2021

Assunto: Direito Processual Penal - Do Juiz (arts. 251 a 256 do CPP)

Há impedimento do juiz quando

- (A) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles.
- (B) ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.
- (C) ele, seu cônjuge, ou parente consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.
- (D) tiver aconselhado qualquer das partes.
- (E) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.

12. FCC - TJ AUX (TJ SC)/TJ SC/2021

Assunto: Direito Processual Penal - Do Juiz (arts. 251 a 256 do CPP)

O Juiz estará impedido de atuar no processo se

(A) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes do processo.

(B) for credor ou devedor de qualquer das partes do processo.

(C) tiver aconselhado qualquer das partes do processo.

(D) for sócio de sociedade interessada no processo.

(E) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se sobre a questão dos autos.

13. FCC - PJ (MPE PB)/MPE PB/2018

Assunto: Direito Processual Penal - Do Juiz (arts. 251 a 256 do CPP)

Os órgãos do Ministério Público estão impedidos de atuar nos processos em que

(A) for amigo íntimo ou inimigo capital do acusado.

(B) o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.

(C) for credor ou devedor do acusado.

(D) seu cônjuge, ascendente ou descendente estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.

(E) for catista ou acionista de sociedade interessada no processo.

14. FCC - ANA MIN (MPE PE)/MPE PE/JURÍDICA/2018

Assunto: Direito Processual Penal - Do Juiz (arts. 251 a 256 do CPP)

Diante do que dispõe o Código de Processo Penal sobre os juízes,

(A) seu impedimento ou suspeição decorrente de parentesco por afinidade cessará pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, mesmo havendo descendentes.

(B) a suspeição do juiz poderá ser declarada e reconhecida, ainda que a parte der motivo para criá-la.

(C) nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o quarto grau, inclusive.

(D) nos processos em que seu cônjuge tiver funcionado como defensor ou advogado, o juiz se dará por suspeito.

(E) eles se darão por suspeitos, e, se não o fizerem, poderão ser recusados por qualquer das partes, se tiverem aconselhado qualquer delas.

15. FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Do Ministério Público (arts. 257 a 258 do CPP)

O Código de Processo Penal estabelece que os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive. A regra processual prevê, em relação ao Ministério Público, causas de

(A) litigância de má-fé.

(B) suspeição.

(C) falta funcional.

(D) impedimento.

(E) ilegitimidade.

16. FCC - PROC (PGE TO)/PGE TO/2018

Assunto: Direito Processual Penal - Do Acusado e seu Defensor (arts. 259 a 267 do CPP)

A doutrina conceitua defensor como o sujeito processual com qualificação técnico-jurídica que exerce a defesa do acusado. Considere as proposições seguintes:

I. Defensor constituído é o advogado escolhido pelo acusado para patrocinar a sua defesa.

II. Defensor dativo é aquele nomeado pelo juiz para atos processuais determinados.

III. Defensor ad hoc é a denominação empregada para designar o advogado nomeado pelo juiz para representar o acusado que foi omissa na constituição de seu procurador.

IV. Defensor Público é o integrante de instituição estatal encarregado de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e IV.

(D) III e IV.

(E) I e IV.

NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1. FCC - DP SP/DPE SP/2023

Assunto: Direito Tributário - Princípios Tributários

A desigualdade social é um problema estrutural transpassado por relações de gênero, raça e classe ao definir espaços sociais que os indivíduos ocupam. Considere as seguintes medidas a serem adotadas em eventual reforma tributária.

I. A manutenção dos benefícios tributários aos produtos da cesta básica.

II. A aplicação de alíquota diferenciada de imposto sobre renda para contribuintes servidores públicos com ensino superior completo.

III. A criação de apoios específicos para o afroempreendedorismo, com linhas de crédito e subsídios específicos.

IV. A criação de benefícios fiscais para o consumo de produtos como absorventes, fraldas, anticoncepcionais e medicação hormonal.

Visando a mitigação da desigualdade mencionada, sob a perspectiva jurídico-constitucional, é correto o que se afirma **APENAS** em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e III.
- (E) I e IV.

2. FCC - DP ES/DPE ES/2023

Assunto: Direito Tributário - Princípios Tributários

A progressividade, em matéria tributária, não se mostra exclusivamente como uma decorrência da conceituação da justiça redistributiva. Para além da capacidade contributiva, também se baseia em parâmetro nascido da Ordem Econômica, a progressividade:

- (A) contextual
- (B) social.
- (C) orgânica.
- (D) econômica.
- (E) estrutural.

3. FCC - ANA PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Direito Tributário - Princípios Tributários

O princípio da anterioridade nonagesimal foi instituído, como regra, pela Emenda Constitucional no 42/2003. Nos termos da Constituição Federal, é exceção ao princípio da anterioridade nonagesimal a majoração

(A) dos impostos sobre produtos industrializados, importação e exportação.

(B) da base de cálculo do imposto sobre propriedade de veículos automotores e da alíquota do imposto sobre importação.

(C) da alíquota do imposto predial territorial urbano e somente da base de cálculo do imposto sobre operações financeiras.

(D) do empréstimo compulsório instituído para atender despesas extraordinárias provenientes de guerra e da alíquota do imposto sobre produtos industrializados.

(E) das bases de cálculo do imposto sobre propriedade predial urbana e imposto sobre propriedade territorial rural.

4. FCC - AJ TRT23/TRT 23/JUDICIÁRIAJ"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Tributário - Princípios Tributários

Caso houvesse sido publicada, em 17 de novembro de 2020, uma lei federal aumentando a alíquota do Imposto de Renda, relativamente a diversos tipos de rendimento tributados, o respectivo crédito tributário, majorado em razão dessa lei, só poderia ser cobrado a partir de

- (A) 18 de novembro de 2020.
- (B) 1º de janeiro de 2021.
- (C) 15 de fevereiro de 2021.
- (D) 16 de fevereiro de 2021.
- (E) 18 de novembro de 2021.

5. FCC - DP MT/DPE MT/2022

Assunto: Direito Tributário - Princípios Tributários

A teoria do sacrifício, em matéria tributária, consiste em

- (A) isentar os mais pobres, tributando-se, sempre, os mais ricos até que estes se igualem aos primeiros.
- (B) tributar os mais ricos de forma proporcional à sua riqueza, levando-se em conta a capacidade contributiva da pessoa.
- (C) tributar de modo que, quanto maior a renda, maior o benefício que o contribuinte recebe.
- (D) estabelecer critérios de justiça distributiva na tributação, garantindo a distribuição justa da carga tributária dentre os contribuintes.
- (E) fixar a tributação de forma a desestimular o contribuinte a manter propriedades improdutivas.

6. FCC - AFTE (SEFAZ PE)/SEFAZ PE/2022

Assunto: Direito Tributário - Princípios Tributários

Determinado Estado brasileiro aumenta alíquota do ICMS em operações internas com veículos de passeio, mediante a publicação no Diário Oficial de 28/09/2022 de Lei Ordinária Estadual, estabelecendo data inicial de vigência em 28/10/2022, com o objetivo de fortalecer o erário enfraquecido no período da Pandemia de Covid-19. Nos termos previstos na Constituição Federal de 1988, a nova alíquota prevista por esta Lei Ordinária Estadual deve ser aplicada aos fatos geradores do ICMS ocorridos a partir

- (A) da data da publicação da lei.
- (B) do primeiro dia do exercício financeiro seguinte à publicação da lei.
- (C) do exercício financeiro seguinte à publicação da lei, devendo ser observada também a anterioridade nonagesimal.
- (D) da data de vigência prevista na própria lei.
- (E) do nonagésimo dia após a data de vigência prevista na própria lei.

7. FCC - AFTE (SEFAZ PE)/SEFAZ PE/2022

Assunto: Direito Tributário - Princípios Tributários

A Constituição federal estabelece limitações ao poder de tributar. Neste contexto, é vedado

- (A) à União instituir tratamento tributário ou favores fiscais diferentes, para contribuintes que tenham domicílio ou residência em diferentes locais ou regiões.
- (B) cobrar tributos federais sobre fonogramas e videofonogramas, produzidos no Brasil ou importados, des-

de que contenham obras cinematográficas, musicais ou literomusicais.

- (C) conceder qualquer subsídio, isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições.
- (D) aos Estados e ao Distrito Federal instituir tributo que não seja uniforme em todo seu território, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a combater a fome e a pobreza, em localidades específicas.
- (E) aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

8. FCC - PROC (PGE GO)/PGE GO/2021

Assunto: Direito Tributário - Princípios Tributários

A isonomia é prevista por diversas vezes na Constituição Federal. Não é tratar igualmente a todos, mas desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades, conforme lição clássica. No âmbito tributário, tal princípio adquire particular relevância. Nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência sedimentada sobre a matéria,

- (A) a União pode estabelecer tratamento diferenciado a pessoas em situação equivalente, desde que exerçam funções ou ocupações profissionais distintas.
- (B) a Lei Complementar poderá instituir programas de tributação favorecida ou simplificada a micro e pequenas empresas, com condições de enquadramento diferenciado por estado-membro.
- (C) somente Lei Complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência.
- (D) com vistas a favorecer o princípio da igualdade material, o Poder Judiciário pode ampliar a incidência de isenção, de modo a incluir contribuintes não expressamente beneficiados pela legislação.
- (E) os estados-membros poderão instituir tratamento tributário diferenciado entre bens e serviços, em razão de sua procedência ou destino.

9. FCC - PROC (PGE GO)/PGE GO/2021

Assunto: Direito Tributário - Princípios Tributários

A respeito do princípio da anterioridade (anual e nonagesimal), nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

- (A) a fixação da base de cálculo do IPVA não se submete a anterioridade nonagesimal, no que pode ser alterada em dezembro de determinado ano, sendo permitida a cobrança já em janeiro do ano seguinte.
- (B) o ICMS sobre petróleo, lubrificantes e combustíveis não se submete a anterioridade nonagesimal, mas somente a anual.
- (C) as contribuições previdenciárias devem observância a anterioridade anual e a nonagesimal.
- (D) a medida provisória que altere o Imposto de Renda editada em determinado ano, produzirá efeitos no exercício seguinte, ainda que seja convertida em lei no dia 1º de janeiro desse exercício, desde que respeitada a anterioridade nonagesimal.
- (E) majoração da alíquota de IPTU não se submete a anterioridade nonagesimal, mas somente a anual.

10. FCC - ARE IV (SEF SC)/SEF SC/2021

Assunto: Direito Tributário - Princípios Tributários

Determinado Estado publicou, no seu Diário Oficial, em novembro do exercício de 2019, o texto de lei aprovada pela Assembleia Legislativa local e sancionada, sem vetos, pelo Governador, aumentando a alíquota do IPVA incidente sobre a propriedade de motocicletas em geral, de 1% para 1,5%. Na mesma edição do citado periódico, e com atraso não habitual de dois meses, publicou-se também a tabela de valores venais dos veículos usados, para ser utilizada no cálculo do valor do IPVA devido pelos seus proprietários, no exercício de 2020. O fato gerador do IPVA referente a veículos usados registrados e licenciados nesse Estado ocorre no dia 1º de janeiro de cada exercício.

Com base nas normas da Constituição Federal, um cidadão, domiciliado no citado Estado e proprietário, há três anos, de uma motocicleta registrada e licenciada nesse Estado, deverá pagar, no exercício de 2020, o IPVA incidente sobre a propriedade do veículo, calculando-o com base na tabela de valores venais publicada

- (A) em novembro de 2019 e com o aumento de 0,5% na alíquota, proporcionalizado à razão de dez doze avos.
- (B) em novembro de 2019, mas sem o aumento de 0,5% na alíquota.
- (C) na primeira quinzena de setembro de 2018 e com o aumento de 0,5% na alíquota.
- (D) em novembro de 2019 e com o aumento de 0,5% na alíquota.
- (E) na primeira quinzena de setembro de 2018, mas sem o aumento de 0,5% na alíquota.

11. FCC - JE TJMS/TJ MS/2020

Assunto: Direito Tributário - Princípios Tributários

A respeito do princípio da anterioridade tributária, é **correto** afirmar:

- (A) Medida provisória pode instituir ou majorar imposto e, neste caso, a obediência à anterioridade anual tributária pressupõe a sua conversão em lei até o último dia do exercício financeiro em que for editada, para que a nova norma possa ser aplicada no ano seguinte.
- (B) A lei estadual que implique em postergação de novas hipóteses de creditamento relativo ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sujeita-se à regra da anterioridade tributária.
- (C) Há tributos que podem ser majorados sem precisar observar o princípio da anterioridade anual, todavia essas exceções se aplicam apenas a alguns impostos federais.
- (D) O Senado Federal pode majorar alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sem que seja aplicável o princípio da anterioridade anual.
- (E) A majoração da base de cálculo do Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU) deve respeitar o princípio da anterioridade nonagesimal.

12. FCC - ADV LEG (ALAP)/ALAP/ATIVIDADE DE SERVIÇOS JURÍDICOS/PROCURADOR/2020

Assunto: Direito Tributário - Princípios Tributários

De acordo com a Constituição Federal,

- (A) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tributos sobre patrimônio, renda, operações de crédito ou serviços, uns dos outros.
- (B) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios utilizar tributo com efeito de confisco, ressalvado o direito de a União utilizar o imposto de importação com esse efeito, relativamente a mercadorias objeto do crime de contrabando.
- (C) o princípio da progressividade moderada de alíquotas impede que, nos tributos em que se adotam alíquotas progressivas, a maior delas seja superior ao dobro da menor alíquota adotada.
- (D) o princípio da anterioridade de exercício financeiro, que não se aplica ao imposto sobre produtos industrializados, impede que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios cobrem impostos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

(E) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios utilizar imposto com efeito de confisco, ressalvado o direito de a União utilizar o imposto de importação e o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro com esse efeito, relativamente a mercadorias objeto dos crimes de contrabando, de descaminho e de lavagem de dinheiro.

13. FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022

Assunto: Direito Tributário - Imunidades Tributárias

Nos termos da Constituição Federal, sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios,

(A) instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, exceto suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

(B) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, sendo permitida, contudo, distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida.

(C) exigir ou aumentar tributo sem lei complementar que o estabeleça.

(D) instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos, exceto o papel destinado à sua impressão.

(E) instituir impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

14. FCC - ANA (DETRAN AP)/DETRAN AP/JURÍDICO DE TRÂNSITO/2022

Assunto: Direito Tributário - Imunidades Tributárias

Considere, à luz da disciplina constitucional das limitações ao poder de tributar e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as seguintes situações, de incidência de:

I. imposto sobre a propriedade territorial urbana (IPTU) relativamente a imóvel de propriedade de autarquia estadual cujo uso é cedido a particular, pessoa jurídica, para exploração de atividade econômica com fins lucrativos.

II. imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) relativamente a veículo adquirido mediante contrato de alienação fiduciária em que pessoa jurídica de direito público figura como devedora.

III. imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR) relativamente a imóvel de propriedade de sociedade de economia mista que presta, em regime de exclusividade, serviço público essencial, sem intuito lucrativo.

A imunidade tributária recíproca

(A) alcança todas as situações.

(B) alcança apenas as situações I e II.

(C) alcança apenas as situações I e III.

(D) alcança apenas as situações II e III.

(E) não alcança situação alguma.

15. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Direito Tributário - Competência para Legislar sobre Direito Tributário

Considere os seguintes impostos:

I. Imposto sobre produtos industrializados (IPI).

II. Imposto de renda e proventos de qualquer natureza (IR). III. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU).

IV. Imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA).

NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO

1. FCC - AGAAS (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022

Assunto: Direito Previdenciário - Conceito de Seguridade Social

Segundo o art. 194 da Constituição Federal, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à

- (A) saúde, à educação e à assistência social.
- (B) assistência social, ao emprego e à previdência social.
- (C) saúde, à educação e à previdência social.
- (D) educação, ao emprego e à previdência social.
- (E) previdência social, à assistência social e à saúde.

2. FCC - EP SAU (PREF MACAPÁ)/PREF MACAPÁ/ASSISTENTE SOCIAL/2018

Assunto: Direito Previdenciário - Conceito de Seguridade Social

A Seguridade Social é composta por um conjunto de ações tanto públicas, quanto da sociedade. Tais ações estão voltadas para assegurar o direito à

- (A) saúde, previdência e assistência social.
- (B) saúde, trabalho e educação.
- (C) previdência social, trabalho e educação.
- (D) previdência social, trabalho e habitação.
- (E) assistência, previdência social e educação.

3. FCC - AJP (FUNAPE)/FUNAPE/2017

Assunto: Direito Previdenciário - Conceito de Seguridade Social

Conforme estatuído na Constituição Federal de 1988, as ações realizadas pelos Poderes Públicos em prol da Seguridade Social visam a assegurar exclusivamente direitos atinentes a

- (A) saúde, educação e previdência social.
- (B) educação, segurança pública e assistência social.
- (C) saúde, previdência e assistência social.
- (D) cultura, saúde e assistência social.
- (E) previdência pública e assistência social.

4. FCC - DP CE/DPE CE/2022

Assunto: Direito Previdenciário - Princípios e Objetivos da Seguridade Social

São princípios e objetivos da seguridade social, EXCETO:

- (A) a irredutibilidade do valor dos benefícios.
- (B) a equidade na forma de participação no custeio.
- (C) a gestão administrativa bipartite.
- (D) a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- (E) a universalidade da cobertura e do atendimento.

5. FCC - PROC (PGE GO)/PGE GO/2021

Assunto: Direito Previdenciário - Princípios e Objetivos da Seguridade Social

A Constituição determinou que lei instituiria sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas diferenciadas, para atender aos trabalhadores de baixa renda, inclusive os que se encontram em situação de informalidade, e aqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda. A aposentadoria concedida ao segurado, nesses casos, terá valor de 1 (um) salário mínimo. O que foi feito pela Lei nº 8.212/1991, com redação dada pela Lei nº 12.470/2011. Pode-se afirmar que esse quadro legal trata de concretização prevalentemente do seguinte princípio da previdência social:

- (A) Universalidade de participação nos planos previdenciários.
- (B) *In dubio pro misero*.
- (C) Uniformidade e equivalência dos benefícios.
- (D) Vedação do retrocesso em direitos previdenciários.
- (E) Indisponibilidade dos benefícios previdenciários.

6. FCC - ASS SOE (TJ SC)/TJ SC/2021

Assunto: Direito Previdenciário - Princípios e Objetivos da Seguridade Social

A Seguridade Social brasileira é composta pela integração de ações dos poderes públicos e da sociedade, com o objetivo de garantir o direito a previdência, saúde e assistência social. Entre os seus princípios e diretrizes está:

- (A) Equivalência dos serviços e benefícios à população urbana.
- (B) Base de orçamento única por ente federado.
- (C) Centralização na gestão administrativa.
- (D) Distributividade na prestação de serviços e benefícios.
- (E) Definição socioterritorial para cobertura de atendimento.

7. FCC - TJ TRF4/TRF 4/ADMINISTRATIVAJ"SEM ESPECIALIDADE"/2019

Assunto: Direito Previdenciário - Princípios e Objetivos da Seguridade Social

Sobre o Sistema de Seguridade Social no Brasil, é **correto** afirmar:

- (A) É um sistema de gestão bipartite entre governo e sociedade nas políticas de Previdência, Assistência e Saúde.
- (B) São princípios para os benefícios da Seguridade Social: a universalidade da cobertura de atendimento, a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e a irredutibilidade do valor dos benefícios.
- (C) A Saúde é um sistema não contributivo, mas a Previdência e a Assistência Social são contributivas por ocasião dos benefícios previdenciários e do amparo assistencial ao idoso e ao deficiente.
- (D) Há diversidade na base de financiamento da Previdência Social e seu custeio é realizado pelas contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS), bem como do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.
- (E) O benefício ou serviço da seguridade social pode ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio.

8. FCC - CL (CM FORTAL)/CM FORTALEZA/ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/2019

Assunto: Direito Previdenciário - Princípios e Objetivos da Seguridade Social

João, Maria e Fátima estão estudando juntos para prestar um concurso público. No tocante aos princípios constitucionais próprios que regem o Direito Previdenciário, João entende que estão abrangidos somente o princípio da universalidade da cobertura e do atendimento e a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais. Já Maria concorda com João e inclui o princípio da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços. Por fim, Fátima discorda de ambos, citando como corretos o princípio da igualdade, da legalidade, da solidariedade social e da inafastabilidade do controle jurisdicional. Com tais informações, é correto dizer que:

- (A) Apenas João tem razão.
- (B) Maria tem razão.
- (C) Apenas Fátima tem razão.
- (D) Todos têm razão.
- (E) Não existem princípios constitucionais próprios que regem o Direito Previdenciário, sendo todos os princípios existentes classificados como princípios gerais.

9. FCC - AGP (SPPREV)/SPPREV/2019

Assunto: Direito Previdenciário - Princípios e Objetivos da Seguridade Social

Carlos trabalhou por 30 anos como empregado de empresa de informática e, por pouco mais de 5 anos por conta própria, na área de software, perfazendo mais de 35 anos de tempo de contribuição. Lamentavelmente faleceu em acidente de carro, não deixando dependentes. Carlos não poderá fruir por si ou por dependentes de benefícios previdenciários decorrentes de suas contribuições, nem caberá restituição desses valores a eventuais herdeiros. O princípio da seguridade social que justifica

- essa situação é o princípio
- (A) da universalidade da cobertura.
 - (B) da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.
 - (C) da solidariedade.
 - (D) da diversidade da base de financiamento.
 - (E) do caráter democrático da gestão do sistema previdenciário.

10. FCC - AGP (SPPREV)/SPPREV/2019

Assunto: Direito Previdenciário - Princípios e Objetivos da Seguridade Social

A seguridade social no Brasil consiste no conjunto integrado de ações que visam assegurar os direitos fundamentais à saúde, à assistência social e à previdência social, de iniciativa do Poder Público e de toda a sociedade. Com base nos princípios que norteiam a seguridade social, é correto afirmar que:

- (A) É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor nominal, conforme critérios definidos em lei.
- (B) A previdência social, por fazer parte da Seguridade Social, é direito de todos e dever do Estado.
- (C) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, adotando o sistema contributivo na formação de seu orçamento.
- (D) Segundo o princípio da precedência da fonte de custeio, nenhuma contribuição social poderá ser criada sem o correspondente benefício ou serviço da seguridade.
- (E) É vedada a filiação ao regime geral da previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

11. FCC - AG PREV (RP PREV)/RIO PRETO PREV/2019

Assunto: Direito Previdenciário - Princípios e Objetivos da Seguridade Social

Perseu está se preparando para uma prova de concurso público para cargo de auditor do INSS. Dentre os pontos a serem cobrados em Direito Previdenciário e da Seguridade Social está a forma de gestão da Seguridade Social, conforme previsão da CF de 1988. Sobre a mesma, pode-se dizer que é

- (A) centralizada na União, com gestão tripartite, com representantes dos trabalhadores, empregadores e do Governo.
- (B) descentralizada, com gestão quadripartite, com representantes dos trabalhadores, empregadores, aposentados e do Governo.
- (C) centralizada na União, com gestão paritária entre membros do Governo e representante dos aposentados.
- (D) descentralizada, com gestão tripartite, com representantes dos trabalhadores, empregadores e dos aposentados, sob coordenação do Governo.
- (E) centralizada na União, com gestão tripartite, contando com representantes dos trabalhadores, aposentados e do Governo.

12. FCC - ANA PREV (SEGEF MA)/SEGEF MA/ADMINISTRATIVA PREVIDENCIÁRIA/2018

Assunto: Direito Previdenciário - Princípios e Objetivos da Seguridade Social

Tendo em vista que os princípios são a base do sistema jurídico e revelam a finalidade a ser perseguida pelos aplicadores da lei, considere:

- I. São aplicáveis ao sistema da seguridade social os princípios da igualdade, da legalidade e da solidariedade social, todos eles subordinados ao princípio da dignidade da pessoa humana.
- II. A universalidade da cobertura e do atendimento, a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais e a equidade na forma de participação no custeio, entre outros, são considerados princípios constitucionais próprios da seguridade social.
- III. Caráter democrático e descentralização da Administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do governo nos órgãos colegiados, também é considerado um princípio constitucional da seguridade social.

Está correto o que consta em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) III, apenas.

13. FCC - APE (TCE-RS)/TCE RS/CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS, DIREITO/2018

Assunto: Direito Previdenciário - Princípios e Objetivos da Seguridade Social

O princípio constitucional que diz respeito aos aspectos objetivos, às contingências que irão ser cobertas, bem como aquele que tomará por base o aspecto pecuniário ou do atendimento dos serviços, que não serão necessariamente iguais, mas correspondentes, na medida do possível, dependendo do tempo de contribuição, coeficiente de cálculo, sexo, idade, é o da

- (A) universalidade da cobertura e do atendimento.
- (B) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (C) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- (D) equidade na forma de participação no custeio.
- (E) diversidade da base de financiamento.

14. FCC - PROC (PGE AP)/PGE AP/2018

Assunto: Direito Previdenciário - Princípios e Objetivos da Seguridade Social

Quanto ao conceito, princípios e organização da seguridade social, conforme previsão na Constituição Federal,

(A) a diversidade da base de financiamento e a irredutibilidade do valor dos benefícios são objetivos a serem alcançados pelo poder público na organização da seguridade social.

(B) a gestão administrativa deve ser tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.

(C) a seguridade social está assentada no binômio que engloba o conjunto de ações de iniciativa do poder público e da sociedade, destinado a assegurar direitos restritos à previdência e à assistência social.

(D) a universalidade do atendimento não se constitui em objetivo da seguridade social, na medida em que o seguro social fornece proteção apenas para certas categorias de pessoas não amparando toda a sociedade.

(E) a uniformidade dos benefícios significa que o valor da renda mensal dos benefícios deve ser igual, e não equivalente, entre populações urbanas e rurais.

15. FCC - CON LEG (CL DF)/CL DF/SAÚDE/2018

Assunto: Direito Previdenciário - Princípios e Objetivos da Seguridade Social

A mudança no tratamento da questão social pela Constituição Federal de 1988 consagrou, em relação à Seguridade Social, o princípio basilar de

(A) extensão da cobertura aos segmentos até então desprotegidos na sociedade.

(B) cobertura do contribuinte direto.

(C) sustentação orçamentária com enfoque na folha de pagamento do contribuinte.

(D) assegurar assistência médica aos trabalhadores do mercado formal.

(E) exclusão de cobertura contra riscos sociais.

16. FCC - AJP (FUNAPE)/FUNAPE/2017

Assunto: Direito Previdenciário - Princípios e Objetivos da Seguridade Social

Considerando o que prevê a Constituição Federal de 1988 no tocante à organização da Seguridade Social, é correto afirmar que

(A) sua gestão será de competência exclusiva da União Federal, através da sua autarquia INSS, que centralizará a administração dos recursos para o custeio da Seguridade Social.

(B) a administração dos recursos será centralizada pelo Governo Federal, mas sua gestão obedecerá a critérios democráticos, de forma quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

(C) tanto a gestão quanto a administração dos recursos da Seguridade Social obedecerá a critérios democráticos, mediante a observância do princípio da tripartição, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.

(D) serão observados critérios democráticos e descentralizados da administração de recursos, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

(E) a universalidade de cobertura e do atendimento é um dos objetivos tanto da promoção do direito à saúde como da garantia de benefícios da assistência social, mas não alcança a previdência social que depende de regras próprias e fontes de custeio previamente estabelecidas em lei.

17. FCC - AJP (FUNAPE)/FUNAPE/2017

Assunto: Direito Previdenciário - Princípios e Objetivos da Seguridade Social

Por força de regramento constitucional, previsto na Constituição Federal de 1988, a lei disporá sobre salário-família para dependentes de segurados de baixa renda.

Essa previsão dá efetividade ao princípio constitucional da

(A) universalidade de cobertura e de atendimento.

(B) solidariedade, na medida em que os que podem contribuir mais devem fazê-lo em benefício dos que podem contribuir menos.

(C) seletividade na prestação dos benefícios e serviços.

(D) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

(E) equidade na forma de participação do custeio.